

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Maria Givanilda da Silva
Sandra Isabel Sales da Silva

**A INDISCIPLINA NA ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM A
APRENDIZAGEM**

1

Maria Givanilda da Silva
Sandra Isabel Sales da Silva

**A INDISCIPLINA NA ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM A
APRENDIZAGEM**

Trabalho Monográfico apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado em Supervisão Escolar.

Orientadora:
Prof^ª. Lis de Maria Martins

Cajazeiras – PB
2005



S586i Silva, Maria Givanilda da.
A indisciplina na escola e sua relação com a aprendizagem / Maria Givanilda da Silva; Sandra Isabel Sales da Silva. - Cajazeiras, 2005.
64f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2005.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Indisciplina escolar. 2. Aprendizagem. 3. Trabalho docente. I. Silva, Sandra Isabel Sales da. II. Martins, Lis de Maria. III. Universidade Federal de Campina Grande. IV. Centro de Formação de Professores. V. Título

CDU 37.091.5

Dedicamos

Aos mestres que vivem profundamente a vida e ajudam aos que têm sede de vida e que, mesmo na escuridão, são capazes de acender a luz da esperança.

Givanilda e Sandra Isabel.

Agradeço ao meu filho Felipe por entender e aceitar minhas ausências; à minha irmã/amiga Sandra pelo seu companheirismo constante; à(os) colegas de turma com quem partilhei apreensões e vitórias; aos meus professores que ao longo do curso partilharam comigo seus conhecimentos; aos que fazem a Escola Batista Leite; e a nossa Mestra Lis que nos orientou e acompanhou em nossa pesquisa tornando este trabalho possível.

Givanilda.

Agradeço aos que tornaram possível a realização deste trabalho: minha filha, Bárbara Raquel, por compreender minhas ausências, à Givanilda, minha irmã, amiga e companheira de curso com quem dividi angústias e vitórias no decorrer do curso; à(os) colegas de turma por se preocuparem em tornar nossos momentos em sala de aula mais agradáveis; aos meus professores que ao longo dos quatro anos do curso compartilharam comigo seus conhecimentos; aos alunos, professores e núcleo gestor da Escola Batista Leite; e a nossa Mestra Lis que nos orientou e acompanhou em nossa pesquisa tornando este trabalho, parte de meus sonhos, em realidade.

Sandra Isabel.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1. O Educador do século XXI	11
2.2. Corpo e Disciplina	16
2.3. A distribuição dos corpos pelo espaço	20
2.4. Conceituando a (In)disciplina	23
2.5. Dimensões da disciplina na família, escola e sociedade	26
2.6. A In(disciplina) no processo de ensino-aprendizagem	28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1. Situando o local pesquisa: Um passeio pela Escola Estadual Batista Leite	35
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
4.1. Indisciplina Escolar e o Trabalho Docente: Qual a parte que me cabe neste latifúndio?	37
4.2. Discutindo com os docentes sobre a Indisciplina Escolar: Do discurso à prática	45
5. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	64

Resumo

A indisciplina escolar é um fenômeno suscetível a muitas interpretações e amplamente divulgado no contexto escolar por alguns profissionais da educação como um dos fatores condicionantes para o baixo índice de aprendizagem apreendido pelos alunos nas escolas. Diante da complexidade que envolve essa temática, desenvolvemos o presente estudo com seis professores da 7ª e 8ª séries e doze alunos da 8ª série do ensino fundamental da Escola Estadual Batista Leite. Iniciamos nossa pesquisa a partir de depoimentos dos professores que alegam ser a indisciplina um fenômeno que interfere na construção do conhecimento e no desempenho dos papéis sociais vividos na escola pelo professor, aluno, família e sociedade. No decorrer da pesquisa, nos debruçamos em algumas teorias sobre o (in)disciplinamento dos corpos, bem como trabalhamos os conceitos atribuídas à (in)disciplina pelos teóricos e profissionais da educação. Para a coleta de dados que subsidiaram nosso trabalho foram realizados encontros com o universo da pesquisa quando foram aplicados questionários e discutidos textos relacionados ao fenômeno da indisciplina. Com base nesse estudo, comparamos e analisamos o exercício da autoridade do professor em sala de aula; de que forma o poder se instaura no espaço escolar; quais as reações do aluno diante do poder disciplinar; estabelecemos relações entre a função da escola no contexto social e as expectativas construídas pelos alunos, suas famílias e sociedade; e constatamos que, embora a indisciplina seja considerada pelo público alvo da nossa pesquisa como um fator condicionante para o processo ensino-aprendizagem, a nossa investigação nos revelou que no universo pesquisado existem alunos indisciplinados que aprendem e alunos disciplinados que não conseguem aprender e que o contexto escolar onde a pesquisa se desenvolveu está permeado de discursos e posturas contraditórias.

PALAVRAS-CHAVE:

Poder, limites, corpo, aprendizagem, professor, aluno, disciplina.

INTRODUÇÃO

Dar limite não é impor uma restrição, mas oferecer ao aluno um instrumento de organização das suas compulsões e das suas ações como participantes de um grupo de pares. (Luiz Schettini Filho, 2004, p.20).

O modelo de escola que hoje conhecemos foi se configurando a partir do século XVI: unidade física departamentalizada, lugar específico destinado à instrução e à socialização de crianças e de jovens. Passou-se a “educar” em espaços fechados. Com isso, alguns efeitos foram produzidos: os mestres passaram a detentores do saber e os educandos ficaram numa posição subordinada e por fim, no movimento de moralização de seres e de saberes, a disciplina e a ordem passaram a ocupar a centralidade das práticas, passando por vezes a eclipsar a própria transmissão dos conhecimentos.

Entretanto, a escola não se constituiu apenas como instituição de disciplinamento e de moldagem como uma primeira aproximação pode nos fazer crer. A sociedade pós-industrial alterou, significativamente, sua maneira de operar e produzir conhecimentos e valores, afetando diretamente a escola, afetando seus eixos paradigmáticos, tanto no que se refere à sua organização funcional, curricular e metodológica, quanto aos princípios éticos e participativos que sustentam sua prática cotidiana.

Para a sociedade, a família foi e é, o locus de construção de moralidade, base indispensável para a garantia do projeto moralizador e civilizacional representado pela escola. De seu lado, a família fez da escola, sobretudo na etapa que antecedeu a massificação do processo institucional, uma instituição a serviço da monopolização do capital cultural nas mãos de uma elite econômica reproduzindo, no plano educativo, as desigualdades do campo social. Assistimos hoje, porém, a uma reviravolta neste cenário decorrente de modelos da crise da individualidade, da diversão e do consumismo, entre outros etc..., forjados pela modernidade.

A família nuclear predominante até meados da década de 50 esfacelou-se, dando lugar a novas formas de representação e organização parental com reflexos diretos no que concerne as relações entre pais e filhos. Cresceu, vertiginosamente, o número de separações entre casais, o que tem provocado a perda de referências ético-morais para uma parte significativa de jovens e crianças. Para completar este cenário, as mudanças tecnológicas que prometiam uma maior

disponibilidade de tempo para que os indivíduos se dedicassem a si mesmos e aos outros, revelaram-se falsas.

As novas configurações do mundo do trabalho causaram modificações no cotidiano das pessoas afastando-as do convívio comunitário, isolando-as cada vez mais e, conseqüentemente, descompromissando-as das suas responsabilidades, dentre as quais, podemos destacar a formação da juventude.

Diante disso, sobrou para a escola a responsabilidade de pôr ordem neste caos, de modo que nossas escolas estão vivendo um momento crítico, principalmente na questão da disciplina que vem se agravando, há quase duas décadas. As questões relacionadas à disciplina/indisciplina na escola e em especial, a indisciplina em sala de aula, objeto do presente estudo, menos presente no passado, hoje é posto em destaque com o alargamento da escolaridade.

Tornou-se comum ouvirmos, no cotidiano escolar, conversas entre os professores, que confessam entre si suas angústias: "O que mata é a indisciplina: naquela classe não dá; quando fulano não vem à aula, a classe é outra, e consigo trabalhar; às vezes, tenho vontade de desistir; não consigo controlar a classe; antigamente não era assim: os professores eram respeitados, não havia bagunça; hoje os pais não educam, deixam tudo para a escola.

Estamos diante de algo que não é novo e nem estranho: os jovens tentando escapar de todas as regras em busca de sua liberdade e independência. Atualmente, para os professores da 7ª e 8ª séries da Escola Estadual Batista Leite, universo da nossa pesquisa, a indisciplina escolar se apresenta não mais como um evento específico e esporádico, mas como um dos mais graves e generalizados obstáculos pedagógicos ao trabalho educativo e para o aprendizado de alunos de todas as idades.

Conquistar a disciplina em sala de aula tornou-se um verdadeiro desafio nos dias de hoje, tanto nas instituições públicas como privadas e merecem uma reflexão mais intensa, pois os professores têm que evoluir com os fatos sociais e se questionar constantemente: Quem são os meus alunos? O que esses alunos esperam da escola? O que podemos fazer para atender as suas expectativas? Ao responder esses questionamentos a escola estará apta a cumprir o seu papel social e formar cidadãos autônomos, capazes de exercer plenamente a sua cidadania.

O trabalho aqui apresentado encontra-se distribuído em três capítulos, considerações provisórias e os anexos. No primeiro capítulo apresentamos a fundamentação teórica, subdividida em subtítulos, onde consta a análise de uma pequena parte da literatura disponível sobre o fenômeno investigado.

O segundo capítulo foi reservado para a exposição dos procedimentos metodológicos, onde estão descritos os instrumentos de coleta utilizados, o universo da nossa pesquisa, o histórico da Instituição de Ensino e como ocorreu o processo de investigação do estudo de caso.

No terceiro capítulo expomos a análise dos instrumentos de coleta da pesquisa e dos encontros realizados com o universo investigado, associando-a aos posicionamentos de alguns autores e nossas reflexões acerca da temática estudada.

Nas considerações provisórias estão as reflexões a que chegamos sobre a relação do fenômeno da indisciplina escolar no processo ensino-aprendizagem no contexto sócio-político-cultural atual e a prática disciplinar adotada pelo universo da nossa pesquisa; e finalmente os anexos, onde expomos os instrumentos de coleta utilizados na pesquisa.

Capítulo 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Educador do século XXI

Mais do que de críticos, os jovens necessitam de modelos.

Joseph Jobert. (2004, p.166).

A importância dada à educação na formação do povo brasileiro no início do século XX resultou das necessidades produzidas pelas condições socioeconômico-político-cultural de industrialização/urbanização no Brasil, pois desde o início, a sociedade que foi sendo construída teve seus alicerces determinados pelo capitalismo, em virtude da sua ligação desde as origens coloniais com os centros europeus e, posteriormente, norte-americano.

As mudanças pelas quais passavam o país neste momento histórico, em especial a Primeira República, incentivaram vários segmentos da sociedade brasileira a discutir a necessidade da expansão da oferta de ensino, que empreenderam debates e planos de reforma postulando a abertura e o aperfeiçoamento de escolas para recuperar o atraso brasileiro.

Quando o capitalismo pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger essa riqueza e, conseqüentemente, constituir o povo como um sujeito moral, separando-o da delinqüência. Com isso, a educação passou a ser elemento indispensável para o projeto reformador e modernizador da sociedade brasileira.

Através da escola, nosso povo seria disciplinado e civilizado assimilando valores do mundo moderno e capitalista necessários para que o país atingisse o progresso e o desenvolvimento.

Segundo Foucault (1998), a escola na modernidade foi uma instituição que colaborou decisivamente com o processo da normatização, servindo aos propósitos do capitalismo, não só contribuindo com o controle das relações sociais, mas com a produção de subjetividade, modos e percepção, sensibilidade, linguagem memória e relações sociais.

No ambiente escolar, a questão disciplinar incorporou um novo conceito instituindo práticas que deixaram de lado as antigas punições que se utilizavam de castigos físicos e

morais para coibir ou punir qualquer falta e adotando a disciplina preventiva desenvolvida não apenas em momentos específicos, mas de diversas formas e em diferentes espaços, visando moldar nos alunos sem choques e desarmonias, a crença numa sociedade a que eles deveriam pertencer pela assimilação intelectual e moral reconhecida, ordem entendida como necessária e natural à convivência num país, que necessitava equiparar-se ao progresso vivenciado pela civilização ocidental européia e norte-americana.

Antes de lançar mão de práticas coercitivas, preferiu-se utilizar recursos que trabalhassem sutilmente a consciência dos alunos a ponto destes exercerem a auto-disciplina. Assim, o exercício do poder sobre os corpos permitiria um aproveitamento mais aprimorado e eficiente do potencial dos alunos, minimizando as possibilidades de revoltas e questionamentos da ordem estabelecida, de modo que algumas instituições preferiram adotar um regulamento que orientasse a rotina nas escolas, onde todos deveriam cumprir rigorosamente suas regras.

O educador brasileiro das primeiras décadas do século XX foi fortemente influenciado pelo pensamento positivista, que entendia a educação como um aprendizado social por parte do indivíduo e meio para conformar às normas e valores coletivos por parte da sociedade, de modo que ao assumir sua autoridade em sala de aula, o professor se faz intérprete da sociedade capitalista e contribui para o ordenamento e disciplinamento considerado pela maioria como um “processo natural”.

O papel do educador desta época, dentre outros aspectos, encontra-se estreitamente ligado à questão da construção da identidade nacional que tem sido alvo de discursos desde o Império e às pressões do capital internacional que impuseram profundas mudanças na economia nacional e geraram conflitos no recém instalado mercado de trabalho e demandaram, dentre outras necessidades, o reordenamento do tecido social.

O educador brasileiro, de menor tradição cultural e carente de ideologia para seus anseios de desenvolvimento, foi influenciado tanto pelo Liberalismo para quem o poder provinha da representação, quanto pela ideologia do comtismo de que o poder advém do saber.

Sob o ideário positivista, a disciplina seguiu a lógica da modernização capitalista: o projeto de modernização que as elites locais em associação com o grande capital internacional desejavam, previa uma ação disciplinadora do espaço público, mas legitimada por princípios liberais e de autonomia dos indivíduos e das instituições.

Durante a era Vargas (1934/1937), especificamente no Estado Novo (1937), as políticas autoritárias próprias da tradição brasileira foram recuperadas e, ao mesmo tempo, incorporadas práticas modernas como a utilização da propaganda e da educação como instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social e o controle do Estado Novo

sobre a sociedade brasileira é refletido de forma mais nítida nos organismos civis desta. Assim, como forma de controle, o Estado atribuiu a si o poder de elaborar as Leis e coagir líderes e membros de instituições, limitando assim as formas de atuação, confiscando a autonomia e transformando as instituições em verdadeiros Órgãos do Estado.

Como se percebe, os costumes e idéias que determinam o tipo regulador e normativos não foram criadas por nós individualmente, mas produzidos pela vida em comum, exprimindo suas necessidades, isto é, são na maior parte, obras das gerações passadas e que se constituem exigências para determinada sociedade. Dessa forma,

a educação é ação que as gerações adultas exercem sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (NETO; 2003, 218, apud DURKHEIM; 1978)

Durkheim (1978, p. 147), compara a ação educativa com a sugestão hipnótica e pensa numa relação pedagógica onde, diante da autoridade do professor, os alunos são totalmente passíveis, uma espécie de tábula rasa, onde deverão ser inscritos os conteúdos ministrados pelo professor, de modo que para que a educação atingisse o seu fim tornando-se eficaz, a colaboração do professor era indispensável. Entretanto, não é qualquer autoridade que torna o professor eficaz, é a autoridade, que na medida certa, em tom de comando, não suscita rebeldia.

Segundo este autor, os professores deveriam trazer em si as condições de serem modelos para o tipo ideal de homem que a educação deveria formar. Como intérpretes da sociedade, deveriam ter algumas características como: serem protagonistas, com um destino a cumprir; homens justos, que mantinham um código de honra; servidores leais da ordem, reverentes e piedosos; revelar sua autoridade na conduta e na linguagem porque

(...) a criança não pode conhecer o dever senão por seus pais e mestres; não pode saber o que ele seja senão graças ao modo como pelos quais pais e mestres o revelarem na conduta e na linguagem. É preciso, portanto, que eles sejam, para o educando, o dever personificado. Isso significa que a autoridade moral é a qualidade essencial do educador. Porque pela autoridade, que nele se encarna, é que o dever é o dever. O que o dever tem de especial é o tom imperativo com que fala às consciências, o respeito que inspira à vontade, e que faz inclinar-se, desde que ele se tenha pronunciado. (Idem)

Por outro lado, Girão (1997), afirma que a autoridade do professor não se sustenta apenas com o rigor disciplinar. Além desse aspecto, existem outros atributos que colaboram no reconhecimento da autoridade por parte dos alunos como a de ser enérgico, impor um regime disciplinar rígido, impressionar pela clareza das aulas, não seguir a linha do terrorismo; ter uma força carismática, lucidez e poder de comando; capacidade de prender o interesse dos alunos; segurança; e ter bastante lastro para conduzir as lições com facilidade;

A literatura educacional foi amplamente influenciada pela teoria estrutural-funcionalista de Durkheim, onde os grupos são integrados à sociedade através de rituais a fim de desenvolver um tipo de unidade primordial.

Nos estabelecimentos educacionais foram determinadas várias modalidades de pequenos rituais que se encontravam distribuídos no tempo e no espaço, os quais instituíam as posturas dos alunos na sala de aula e diante das autoridades, exigiam silênciam, proibiam qualquer manifestação de insatisfação ou fadiga, além de distinguir, punir e premiar. Através destes rituais procurava-se formar uma juventude que possivelmente comporia a elite da sociedade capitalista.

Apesar da intenção de disciplinar os alunos tornando-os dóceis e úteis ao sistema capitalista e seu universo ideal e moral, através de estratégias de controle, invariavelmente ocorriam várias manifestações de indisciplina pelos alunos que desafiavam a repressão escolar e a adoção de duas posturas: uma dentro e outra fora do estabelecimento, ou seja, diante dos olhares repressores, os alunos se comportavam de modo exemplar, se longe do alcance destes ou fora do estabelecimento, desenvolviam uma série de atitudes consideradas graves e passíveis de punição.

Dessa forma, coube à escola o disciplinamento dos corpos, entretanto, esse controle nem sempre se deu de forma sutil. Houve uma época em que os castigos corporais eram freqüentes, mas para que entendamos como isto ocorreu e quais as relações que existem entre o corpo e a disciplina é necessário que façamos um breve estudo sobre as mais diversas concepções que se tem sobre o corpo até o presente momento.

Corpo e Disciplina

As relações entre o corpo e a disciplina, embora marcantes no século XVIII, não surgiram apenas neste período, mas gradativamente em épocas anteriores, sempre atendendo a objetivos determinados de acordo com o contexto social e com o propósito de adestrar e formar corpos disciplinados, dóceis, obedientes, submissos, produtivos, eficientes e úteis à sociedade.

A idéia que se tem de corpo atualmente e as que foram concebidas em épocas passadas estão relacionadas com os momentos históricos vividos pelo homem, ou seja, foram as características dos momentos históricos que trouxeram para o corpo as diferentes configurações como: utilitário, guerreiro, natural, forte, viril, combatente, belo, pecaminoso, máquina, consumista, etc.

O corpo como instrumento de disciplinamento é uma característica da Antiguidade. Nesta época, marcada pelo modo de produção escravagista, o corpo é visto como elemento de glorificação e de interesse pelo Estado, tanto é que no sistema educativo foi reservado para ele um longo período de atividades a fim de proporcionar o seu desenvolvimento.

Enquanto isso, em Esparta, as práticas voltadas para o culto ao corpo tinham lugar de destaque na educação dos jovens espartanos, habituando-os às fadigas, às privações, à obediência, com vistas a torná-los robustos, vigorosos e astutos para afrontar-se com os perigos, cujo objetivo principal era sempre a batalha e a defesa da polis.

Nesse século, o corpo é descoberto como objeto e alvo de poder e de estudos fundamentalmente das ciências biológicas, quando foi comparado a uma estrutura mecânica. Surge daí a concepção corpo-máquina que será utilizada como uma forma de melhorar o funcionamento do corpo que, ao ser comparado com uma máquina, deverá mostrar sua eficiência e produtividade.

Com esta nova concepção, o corpo passa a ser um objeto controlado e, para tanto, a moral, os costumes, as ciências, as artes e a educação se constituíram em forças para auxiliar esta política centralizadora de controle e normalização do corpo à serviço da sociedade, de modo que ao corpo coube o sentido de ser obediente aos novos princípios da sociedade que exigia um homem bom, puro e obediente que passasse a viver e a seguir segundo estes princípios, pois neste novo contexto não havia lugar para os considerados homens maus, e para aqueles que insistissem em praticar o mau, os obstinados e incorrigíveis, eram reservados os castigos corporais.

Durante a Idade Média, eram comuns martírios, esquartejamentos, punições corporais, os quais eram justificados e considerados necessários porque o corpo era analisado como meio

de desvio de conduta e, sendo assim, não devia se fazer presente na sociedade, mas punido e castigado. Sobre ele, devia ser exercida toda a forma de punições para tirar-lhe todo e qualquer vestígio do mau, até mesmo ser sacrificado e tirado-lhe a vida.

Nesse período, o disciplinamento se fazia pelo exemplo do fracionamento e da perda do corpo. Eram comuns os sofrimentos em público para que a dor fosse vivida não só pelos que estavam sendo sentenciados, como também pelos que assistiam.

A dor era usada como exemplo e correção, respaldada também em discursos religiosos: *Um discurso fora de propósito é como a música no luto: mas o castigo e a doutrina em todo o tempo são sabedoria.* (MAGALHÃES Júnior, apud Bíblia Sagrada. 1979, p. 764).

Os relatos inquisitoriais registram inúmeros casos de condenados que tinham que ver suas entranhas serem queimadas. O suplício se dava quando os intestinos eram retirados rapidamente do corpo do suplicado para se fazerem cinzas à sua frente na perspectiva de poder ver o próprio corpo arder para purificá-lo dos pecados cometidos.

Expiar as culpas através do martírio era comum nessa época, pois

... o suplício antecipa as penas do além ; mostra o que são elas; ele é o teatro do inferno; os gritos do condenado, sua revolta, suas blasfêmias já significam seu destino irremediável. Mas as dores deste mundo podem valer também como penitência para aliviar os castigos do além; um martírio desses, se é suportado com resignação, Deus não deixará de levar em conta.” (MAGALHÃES Júnior 2001. p 111, apud FOUCAULT).

A sociedade da época exigia uma vida com regras em nome do Rei e de Deus. Era preciso fazer corpos dóceis seguidores de uma verdade religiosa e de uma “boa conduta”. Buscava-se uma sociedade sem conflitos, ou seja, um lugar como o céu.

Entretanto, foi durante o século XVIII que se enfatizou o corpo como alvo do poder. Através deste, o corpo se tornou moldável, manipulável, obediente, hábil, dócil e controlável. Esse controle disciplinar que surge com a nova sociedade burguesa industrial favorece o modo de produção capitalista da época.

Nesse contexto e utilizando-se desses instrumentos, a disciplina aparece como forma de dominação nas diversas instituições por meio da distribuição do homem num espaço individualizado e classificatório e controle do indivíduo no tempo. Essa distribuição é denominada por Foucault como “princípio de quadriculamento” (1997, p. 131), na qual cada indivíduo, ocupando o seu lugar, facilita a vigilância de um sobre o comportamento de todos e tem por objetivo atingir como rapidez e eficiência o máximo de produção.

A partir do século XVIII, a disciplina é imposta não mais de forma violenta, mas segundo Foucault, *pelo princípio da “suavidade-produção-lucros”* (1997, p. 192), para

garantir o bom andamento da sociedade burguesa e a manutenção dos seus ideais; ela acaba propositadamente individualizando os corpos, contribuindo para o sucesso dos resultados exigidos pela classe dominante. Diante disso, a instituição escolar, para atender as necessidades da sociedade disciplinar, propõe desde cedo o controle e a domesticação da criança.

Para Foucault (1998, p. 137), *o poder disciplinar tem por objetivos gerenciar as ações as pessoas, utilizando suas capacidades e buscando minimizar sua revolta. A vigilância é utilizada com sucesso e por isso, considerada como a arte para o “bom adestramento” e guia-se pelo uso de instrumentos simples: “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”*. (idem)

O poder disciplinar visa controlar o corpo delimitando a atuação de suas forças através de uma vigilância constante sob diversas formas, seja controlando o espaço utilizando-se do quadriculamento, de cercas ou das regras de localizações funcionais, seja regulando o tempo através de horários a serem cumpridos.

Quando as regras são internalizadas pelos alunos, muitos deles terminam por fazer um uso “espontâneo” das mesmas, firmando com a norma uma relação de consentimento, sem tomar consciência da própria sujeição. Quem ousar se rebelar contra as normas experimentará a punição, de modo que o pavor ao castigo é uma das formas de assegurar que a disciplina seja mantida.

As penalidades ou suplícios corporais como cascudos, beliscões, palmadas e surras de varas, dentre outras, infringidos aos insubordinados, marcas da educação jesuítica que vigoraram por quase duzentos anos no Brasil, foram sendo substituídas pelo suplício da alma, à medida que se passou a induzir os sujeitos a se sentirem culpados e arrependidos pelas faltas cometidas e submetido a humilhações públicas e castigos e recompensas que explicitam diferenças entre os indivíduos bem e mal comportados.

Desta forma, temos não somente o corpo disciplinado que deve ser aquele privilegiado em todos os contextos: escola, quartéis e fábricas, como também o corpo martirizado para servir de exemplo para que as más condutas fossem extintas.

O corpo toma a forma de objeto de poder porque passa a ser submetido ao controle de uma estrutura preparada para ensinar-lhe a ser disciplinado e uma peça a mais a colaborar para a ascensão e construção de uma nova sociedade, baseada na exploração e no controle do corpo a seu serviço, de modo que a sociedade passou a investir na formação do corpo dócil, um corpo a quem precisa ser ensinado os bons hábitos para tornar-se útil e atender aos novos padrões a

serem impostos, ou seja, os corpos passaram a ser disciplinados através de práticas disciplinadoras. Neste sentido, a escola assume o papel de Instituição reguladora dos corpos.

A distribuição dos corpos pelo espaço

Com a ascensão da sociedade capitalista passou-se a exigir da escola a fabricação de corpos dóceis, manipuláveis e úteis e para atender a essa nova demanda, as escolas começaram a ser organizadas segundo normas rigorosas, que proporcionavam ensino unificado, um método geral formado por conjuntos de regulamentos ou normas e que dizem respeito a uma vida regular e disciplinada. Dessa forma, a organização dos espaços no interior do estabelecimento, iriam definir a distribuição dos indivíduos; na sua posição espacial, sua hierarquia, seu funcionamento perfeitos. A organização do estabelecimento disciplinar fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, hierarquizar, recompensar e, ao mesmo tempo, controlar seu funcionamento econômico no tempo.

Nas escolas, os estudantes, além de cercados pelos muros da instituição, vivenciam cotidianamente a regulação de seus movimentos em sala de aula, o que é visível na organização enfileirada das carteiras tolhendo os espaços individuais, aprisionando-os.

Segundo Van Balen (1983, p.83),

a transformação do sistema escolar penetra na escola em dois aspectos: um que está ligado à construção do edifício, suas disposições e espaços internos; o segundo que está diretamente ligados aos indivíduos que ocupam seus lugares determinados no interior do estabelecimento.

Na disciplina, cada um se define pelo lugar que ocupa na série e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto, nem o território nem o local, mas a posição na fila; o lugar que alguém ocupa numa classificação.

Van Balen, apud Foucault (1975 p. 132), aponta que *a disciplina, arte de dispor em fila, é técnica para a transformação dos arranjos, individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de (inter)relações.*

A ordenação por fileiras adotada a partir do século XVIII, define a distribuição dos alunos na ordem escolar, fazendo filas dos alunos nas salas, nos corredores e nos pátios, alinhando

as classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente... cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra." (VAN BALEN, apud FOUCAULT, (1975, p. 134)

Em todos os locais de reunião, sob o olhar constante do professor ou vigilante, os indivíduos são postos em lugares diferentes, não conforme a situação, mas obedecendo a uma hierarquização das aptidões e idades. O espaço escolar se desdobra tornando a classe homogênea composta de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre.

Segundo Balen, apud Foucault (1975, p. 137), no começo do século XIX, foram propostos horários para a escola que consistiam basicamente em: *8:45h entrada do monitor; 8:52h chamada do monitor; 8:56h, entrada das crianças e oração; 9:00h entrada nos bancos; 9:04h primeira lousa; 9:08h, fim do ditado; 09:12h, segunda lousa*. O objetivo maior da distribuição do tempo era garantir não somente um horário estritamente necessário à tarefa, mas também a qualidade do tempo empregado, pois *a exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar*. (BALLEN, 1983 p. 87)

Por meio das técnicas de sujeição, a escola foi disposta como um aparelho (a máquina de ensino) para intensificar a utilização do tempo e sua organização do espaço interno permitia ligá-lo com o comportamento do ato desejado. Essa forma somente é possível sob o olhar permanente do vigilante. Investindo sobre a totalidade das vidas dos escolares, se obtém a transformação desejada.

Além da atenção constante dos mestres, passou-se a utilizar as pequenas técnicas de vigilância múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem serem vistos, ou seja, olhares que a tudo observam, tudo vêem e não são vistos, como o esquema do “Panopticon Hills”, descrito por Foucault (1998, p. 48) como uma forma ...

que possibilita que o edifício escolar seja constituído de tal maneira que nada escape a sua atenção, onde tudo é visível ao olhar. O próprio edifício da escola devia ser o aparelho de vigiar; os quartos eram repartidos ao longo de um corredor como uma série de pequenas celas.

Para tornar os corpos dóceis era preciso vê-los a cada instante, nada deveria escapar ao poderoso olhar do mestre que conhece tudo e que penetra no interior dos corpos. Era necessário um modelo de instituição disciplinar perfeita que possibilitasse, a um único olhar ver tudo continuamente.

Além de manter todos à vista, a observação dos comportamentos era sistematicamente registrada num livreto diário onde eram anotados todos os atos dos alunos, pois todas as informações, todos os detalhes eram importantes e deviam ser anotados e analisados para que, se necessário, estabelecer o poder da norma para regularizar uma situação social em desequilíbrio, visando a retomada da ordem do sistema.

Diante disso, podemos perceber três grandes modificações no desenvolvimento das estruturas econômicas, políticas e sociais no começo do século XIX. Em primeiro lugar, surge um órgão de controle cada vez mais generalizado e constante; em segundo lugar, instava-se um isolamento e reagrupamento dos indivíduos, e por último, define-se as normas; excluindo e rejeitando o que não é conforme a norma, estabelecendo um mecanismo de restabelecimento da norma por meio de intervenções corretivos que são uma forma de terapia e, ao mesmo tempo, uma punição, ou seja, o poder disciplinar.

Conceituando a (In)disciplina

A indisciplina escolar foi definida, de um modo geral, como ausência ou negação de um comportamento desejável; é a rebeldia contra qualquer regra construída; é desrespeito aos princípios de convivência combinados, sem uma justificativa viável; é não cumprimento de regras criando transtornos; é a incapacidade de se organizar e de se relacionar de acordo com normas e valores estabelecidos por um grupo. Os alunos são descritos como quem não respeitam regras e combinações, não atendem ordens, não toleram frustrações, não conseguem se conter, não respeitam o patrimônio.

Para alguns professores os problemas disciplinares surgem porque a maioria dos alunos não tem regras a seguir em suas casas; os princípios de convivência não fazem parte de sua vida familiar, ou ainda, porque a noção de certo e de errado dos professores está, muitas vezes, distante da noção dos alunos.

O que os professores denominam indisciplina é interpretado por Chauí (1994) como “contraviolência”, ou seja, essa autora considera tais atitudes como um tipo de reivindicação de direitos através de atos indisciplinados. O sujeito faz uso dessas ações para garantir que seja considerado como tal, isto é, alguém dotado de direitos, podendo no mínimo, desfrutar de certa condição que lhe deveria ser assegurada e não o é, de modo que, a escola torna-se não o único, mas um dos alvos prediletos da indisciplina, pois vai contra tudo o que diz defender: *Se diz democrática, mas não o é; diz que prepara para a vida, mas não o faz; é lugar do novo, mas propaga o velho.* (GUIMARÃES, 1996:25).

Na visão de Winnicott (1956), os distúrbios de conduta são manifestações clínicas da tendência anti-social, que, por sua vez, expressa-se através da “voracidade, desarrumação, destrutividade compulsiva, vadiagem, mentira, roubo, fazer bagunça”. Essa tendência anti-social pode ser encontrada em um indivíduo normal, ou em um que seja neurótico ou psicótico.

Afirma ainda, que a tendência anti-social atinge crianças que sofreram algum tipo de privação e através de seus impulsos inconscientes forçam alguém a encarregar-se de seu manejo. Sua grande contribuição à discussão sobre as alterações de conduta está na descoberta de que a tendência anti-social implica esperança: o indivíduo agarra-se à tendência anti-social como uma forma de esperança, pois em alguns momentos é sua única forma de agir e manter-se vivo.

Muito da agressividade e destrutividade dos alunos representa em teste a sua capacidade de provocar agressão, bem como um teste à capacidade do meio escolar de contê-

la, não no sentido de reprimi-la, excluí-la e castigá-la, mas acolhê-la, dar-lhe a chance de manifestar-se em segurança.

Para Outeiral (1994, p. 34), limite significa *a criação de um espaço protegido dentro do qual o indivíduo poderá exercer sua espontaneidade e criatividade sem receio e riscos. Não existe conteúdo organizado sem um continente que lhe dê forma*. Nessa perspectiva, seria necessário que os educadores se oferecessem como referência aos seus alunos, o que implica que eles mesmos deveriam se avaliar como tal.

De acordo com Aquino (1996, p.45), indisciplina é um

sintoma de injunção da escola idealizada e gerida para um determinado tipo de sujeito e sendo ocupada por outro. Equivaleria, pois, a um quadro difuso de instabilidade gerado pela confrontação deste novo sujeito histórico a velhas instituições cristalizadas, pois os tempos mudaram, as necessidades são outras, a nossa clientela é outra, mas continuamos a utilizar os mesmos métodos.

Por outro lado, La Taille (1996, p. 125) afirma que *a indisciplina em sala de aula (entre outros fatores) decorre do enfraquecimento do vínculo entre moralidade e sentimento de vergonha*. Segundo este autor, a solução

encontra-se no reforço ao sentimento de dignidade como ser moral, devendo a escola lembrar-se de que sua finalidade é a preparação para o exercício da cidadania, o que se faz com sólidos conhecimentos, memória, respeito pelo espaço público, um mínimo de normas de relações interpessoais e diálogo franco entre olhares éticos. (Idem)

A disciplina é um recurso de educação moral que visa ajudar o educando a moderar seus apetites e desejos e compreender que a felicidade não se desenvolve sem limites, porque somos seres sociais e, se negarmos a sociedade, negaremos a nós mesmos, de modo que um dos objetivos da escola é transformar o ser humano num ser social que, atendendo aos ideais do seu tempo histórico, seja útil à comunidade.

Rebelo (2002, p. 42, apud Foucault), define a disciplina como

uma técnica de exercício de poder, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. As disciplinas existiam há muito tempo, na Idade Média e mesmo na Antiguidade; que os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas, existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens.

Segundo Rebelo, (2002, p. 42) apud RODRIGUES & XAVIER in Abramowiz, a disciplina foi implantada paulatinamente no começo da Idade Média com base na noção da fraqueza da infância e do sentimento de responsabilidade moral dos mestres diante da salvação da alma das crianças.

Para Áries (1981, p. 180), a disciplina é uma decorrência do necessário disciplinamento da sociedade como todo, na passagem do feudalismo para a sociedade urbano-industrial, visando fazer crescer a docilidade e a utilidade de todo o sistema. É a contribuição da escola na produção de corpos dóceis de Foucault. É a modelagem da criança desde a infância, para a nova forma de trabalho na sociedade fabril: o trabalho assalariado.

De acordo com Foucault, a disciplina corresponde aos métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. (...) *a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)* (1997, p. 126-127).

Como percebemos, a disciplina escolar servia para manter a ordem e para, desde cedo, controlar a criança, preparando-a para servir docilmente às idéias difundidas no século XVIII para protegê-la das maldades da natureza humana, mesmo por meio de métodos violentos, mas considerados normais na época.

Dimensões da disciplina na família, escola e sociedade

Ao longo dos anos, percebemos que a formação do homem esteve a cargo da escola, família, igreja, cabendo à primeira a educação dos conhecimentos e à segunda a educação moral. Diante disso a escola tem lamentado o que as famílias não vêm fazendo por seus filhos, fazendo com que a escola tenha que assumir novos papéis no âmbito da formação moral.

As mudanças pelas quais as famílias passam afligem a escola e inspiram-na para a alegação de acúmulo de papéis. Basta lembrar que a origem da escola para as crianças está fortemente atrelada às necessidades da era industrial, portanto com uma função declaradamente instrumental.

A sociedade industrial não experimenta apenas a divisão social do trabalho: experimenta também a divisão da família, a reordenação do espaço público e a definição do domínio privado. Mesmo que a transformação da família medieval em família moderna não tenha sido linear, tampouco simultânea em todos os grupos sociais, aquilo que se aprendia na rua, com todos, fragmenta-se e especializa-se, passando a ser ensinado em domínios específicos. Como consequência, cabe à família conjugal a responsabilidade pelo desenvolvimento afetivo e moral.

Na sociedade atual convivemos diariamente com temas extremamente polêmicos e um deles trata-se da indisciplina. O número de casos relacionados a esse fenômeno em todo o país atinge proporções no mínimo inquietantes. Entretanto, a manutenção da disciplina constitui, na verdade, uma preocupação de todas as épocas. Nas confissões de Santo Agostinho (1973), constatamos que a sua vida de professor era amargurada pela indisciplina dos jovens, que segundo ele, perturbavam a *ordem instituída para o seu próprio bem*.

A disciplina é indispensável para uma criança, essencial ao seu crescimento e desenvolvimento sadios e constitui parte integrante do aprendizado. Regras, regulamentos, leis e princípios governam quase todas as atividades intelectuais, seja nas ciências, artes ou humanidades.

Ensinar a criança a seguir regras é ajudá-la a adaptar-se ao mundo e ter um comportamento socialmente aceitável, o que leva a aprender, a ter noção dos direitos dos outros e de respeito. Além disso, disciplinar volta a atenção da criança para além de si, de modo que ela não funcione unicamente em termos de seus próprios impulsos, sem considerar os sentimentos dos outros.

Os meios de comunicação presentes no cotidiano escolar, através dos programas de TV e rádio, ou através de revistas, jornais, etc., têm uma participação efetiva nos modos pelos

quais as crianças, adolescentes e jovens, conduzem e pautam suas práticas diárias, suas formas de comunicação, seu jeito de compreender o mundo social e político, assim como a própria vida pessoal, os sentimentos, desejos e emoções.

Contudo, percebe-se um claro descompasso entre jovens e adultos em função das formas de comunicação que ocorre entre eles, além da ruptura e do isolamento entre um mundo e outro. Isto ocorre porque o primeiro mundo é formado pela mídia, o mercado e a publicidade que acolhe os meninos porque fala a sua linguagem, prometendo felicidade e anunciando a facilidade do sucesso individual. O segundo mundo é representado pela família e pela escola, que mesmo estando mergulhado nas imagens veiculadas pela mídia, tem o difícil papel de propor outros sentidos, de afirmar outras verdades, convidando os jovens para outras interpretações da chamada “realidade”.

Diante disso, família e escola questionam os significados que circulam na mídia, como se ali estivesse o erro, a distorção da verdade, como se em seus espaços, família e escola, também não se produzissem preconceitos, discriminações. Entretanto, os educadores precisam despir-se de vários séculos de verdades formadas sobre o que é ser jovem e o que é ser adolescente, verdades forjadas a partir de saberes pedagógicos, psicológicos, religiosos, muitos deles alçados a uma suposta cientificidade e que, pouco diferente do que hoje é atribuído à ação dos meios de comunicação, também discriminaram, excluíram e exerceram violência sobre esse outro indisciplinado.

A (In)disciplina no processo de ensino-aprendizagem

É comum ouvirmos entre os educadores que a indisciplina é um fator que interfere de forma significativa no processo do ensino-aprendizagem e que os alunos têm apresentado baixo índice de aprendizagem nas Instituições de Ensino. Diante dessa afirmativa, é possível afirmarmos que todos os alunos são potencialmente indisciplinados?

Se levarmos em consideração as mais variadas posturas adotadas pelos alunos para denunciarem algo que os incomoda, sim, pois é possível perceber no espaço escolar que os alunos podem assumir dois tipos de atitudes: a resignação e a revolta. Em função destas, identificamos três tipos de alunos: os obrigados-satisfeitos, que se tratam de uma minoria que se conforma às exigências que a escola lhes impõe; os obrigados-resignados, que são a maioria que se adapta ao sistema procurando tirar partido da situação, atingindo dois objetivos supremos: "gozar a vida" e "passar de ano"; e os obrigados-revoltados, uma minoria inconformada (ou maioria conforme as circunstâncias sócio-econômicas do meio da família à escola e desta à sociedade) que colocam tudo em causa: valores, normas estabelecidas, autoridade, etc.

A disciplina como técnica de exercício do poder busca regular os movimentos apostando na dissociação corpo e mente, ou seja, na fragmentação dos indivíduos, de modo que foi criado na escola o mito de que para uma aprendizagem eficiente é preciso que o corpo permaneça imóvel, disciplinado. Desta forma, esvai-se, na maioria das vezes, a construção coletiva do conhecimento em prol do adestramento do corpo, isto porque é mais fácil a internalização das regras e a fabricação de indivíduos dóceis.

Segundo REBELO(2002), a importância atribuída à disciplina como requisito para aprendizagem está historicamente ligada ao conceito de déficit de atenção, sintoma da esfera neuropsicológica que exime os professores tanto de responsabilidade sobre sua ocorrência, quanto de possibilidade de intervenção em sala de aula, remetendo a atendimento clínico especializado.

Diante desse complexo fenômeno da indisciplina e seus reflexos no processo do ensino-aprendizagem, REBELO, em sua recente obra "Indisciplina Escolar: Causas e Sujeitos" (2002), convida os profissionais da educação a analisar a indisciplina e suas interpretações sob duas concepções de educação: a bancária, como prática comum na escola e a

problematizadora, como proposta de superação da indisciplina e construção de uma educação como prática da liberdade.

Segundo a autora, a submissão e o silêncio do aluno favorecem um ensino magistrocêntrico; um ensino centrado no professor e nos conteúdos porque na escola tradicional as relações entre diretor/professor e professor/aluno se dão de maneira vertical, ou seja, hierárquicas. Nesta última relação a disciplina é imposta aos alunos de forma que eles, embora de modo inconsciente possam formar corpos submissos e manipuláveis, ou conforme Foucault, “corpos dóceis”, como garantia da boa aprendizagem. Isso porque na “concepção tradicional ou bancária” (Freire, 1998, p.121), o silêncio, a passividade e a estagnação dos alunos são fundamentais para que a transmissão do conhecimento tenha sucesso, sem perda de tempo nem interferências.

Na escola bancária, a indisciplina do aluno é interpretada como o conjunto de atitudes contrárias e ameaçadoras ao estabelecido como verdades absolutas no que se refere à escolha dos conteúdos, à prática pedagógica e aos relacionamentos interpessoais. Desse modo, o fracasso escolar é encarado pelos professores como sendo resultado de problemas que se encontram fora da escola, manifestando-se dentro dela por meio da indisciplina, e que nada se poderia fazer, enquanto a sociedade não mudasse.

Além dos aspectos acima, a escola bancária *valoriza a figura do professor como único detentor do saber e poder, e a transmissão de conhecimentos acumulados por meio de uma metodologia restrita e “antidialógica”* REBELO, (2002, p. 33 apud FREIRE), pois utilizando-se apenas do livro didático, de aulas expositivas, de exercícios de fixação e de avaliações como mediadoras dos conteúdos assimilados, impede a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento científico, favorecendo, o desinteresse deles perante as atividades propostas, gerando atitudes consideradas como indisciplinadas.

Diante desse quadro, a indisciplina dos alunos evidencia-se surgindo como reação a esse tipo de prática pedagógica, tornando-se o maior problema apresentado na escola, já que constantemente se escuta alguns professores alegarem que os alunos não aprendem porque são indisciplinados, em decorrência da falta de limites impostos pela família.

E agora, como ficamos? O aluno não aprende porque é indisciplinado conforme a justificativa dos professores, ou é indisciplinado porque não aprende devido a conteúdos tão distantes da realidade e impostos por uma prática docente autoritária e silenciadora?

Infelizmente percebemos que mesmo séculos depois, nossa sociedade e, conseqüentemente nossas escolas ainda estão estruturadas sob essa mesma ideologia da escola bancária, cuja semelhança são percebidas através da organização espacial da sala de aula;

prática pedagógica; hierarquização das funções; relações interpessoais; disciplina; organização do funcionamento e da avaliação.

É interessante observarmos que, mesmo que os envolvidos no processo educativo não tenham consciência de que a instituição escolar ainda é um instrumento de manipulação a serviço da ideologia liberal, a maioria das escolas, ainda hoje, apresenta por meio de seus currículos os seguintes objetivos: o adestramento, a domesticação e o condicionamento dos alunos, para que estes recebam através de imposições os conhecimentos que favoreçam a formação da mão-de-obra que garanta a permanência de uma minoria no poder.

Uma das possibilidades para a adoção dessa postura do educador seria a consequência da má-formação inicial e continuada dos professores que contribui para que eles não pensem criticamente sobre a função que desempenham como educadores, acabando por colaborar com a continuidade da sociedade e da educação excludentes.

A escola bancária e o disciplinamento pelo adestramento são amplamente denunciados por Freire (1998). Segundo ele, esse mesmo disciplinamento está presente no sistema educacional atual, que tem por função transmitir aos alunos, através do professor – principal agente da instituição -, os conhecimentos socialmente construídos, num processo mecânico de memorização que impede o desenvolvimento da criatividade e a participação ativa no processo educativo tornando o aluno submisso perante as ações opressoras de uma sociedade excludente. É uma prática domesticadora porque é um meio de controle social a fim de manter a ideologia da classe dominante.

Neste tipo de educação não há construção do conhecimento em busca de transformação e superação das dificuldades sociais; pelo contrário, com o objetivo apenas de transmitir valores e conhecimentos de forma simplificada e fragmentada, esse tipo de ensino anula o poder criativo e participativo do aluno, contribuindo para que ele não se sinta sujeito capaz de participar do processo de construção histórica.

A disciplina na educação bancária, originária na ideologia do século XVIII, tem um papel fundamental para o sucesso da aprendizagem do aluno porque além de ser imposta pelo professor, tem por função o aprisionamento e controle do homem, de modo que para controlar os alunos, as salas de aula são organizadas em fila e os alunos distribuídos individualmente para que o professor possa *a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar.* (FOUCAULT, 1998, p.130).

Na educação bancária a obediência e o silêncio dos alunos são aspectos importantes para garantir que os conteúdos determinados pela cultura dominante sejam transmitidos pelo

professor sem interferências externas, de modo que qualquer manifestação contrária ou ameaçadora aos preceitos capitalistas, será considerada como indisciplina que precisa ser combatida.

Desta forma, o aluno com cultura diferente da transmitida na escola, sentindo-se excluído, sem espaço para pronunciar o seu mundo, é levado a acreditar que existe apenas uma maneira correta de se viver, que não é a sua. Com isso, a sua identidade e perspectivas de um futuro melhor diminuem e, “não tendo mais nada a perder”, denuncia a discriminação da qual é vítima por meio de atitudes incômodas entendidas por essa concepção como indisciplina.

Por outro lado, se observadas sob ponto de vista dos alunos, essas manifestações são reações culturais criadas naturalmente pelo grupo, no caso os alunos, para garantir um espaço próprio de atuação diferente daquele imposto pelo professor por meio de uma prática silenciadora, na qual apenas a sua fala é valorizada. Com essa resistência que ameaça a ordem estabelecida na escola, as atitudes dos alunos são analisadas friamente como desacatos e denominadas como atos indisciplinados.

Na concepção Problematizadora de Freire (1998, p. 83), ao contrário da concepção Bancária, *a educação é um ato de amor, respeito a todas as visões de mundo, esperança e troca de experiências entre os envolvidos, em que o diálogo é fundamental neste processo educativo libertador para que tanto o educador como o educando busque saber mais em comunhão.*

Nesse contexto em que a participação do aluno é aceitável e o controle externo não é aspecto integrante desse tipo de educação, a indisciplina é encarada de forma diferente da concepção bancária, pois a finalidade dessa prática disciplinar não é a de silenciar o aluno, mas de colaborar com o desenvolvimento da autonomia intelectual e da autodisciplina dos alunos, de modo que *Essa disciplina deve ser construída e assumida pelos alunos* (Idem). Assim, o professor deixa de ser a figura central para ser o coordenador do processo educativo.

Sendo assim, a indisciplina escolar não é representada apenas pelas manifestações ativistas, mas também pelas atitudes passivas dos alunos, pois tanto uma como a outra são encaradas como denúncia da insatisfação social e do tipo de educação praticada na escola.

O que os professores parecem não perceber é que o “agitar-se em sala de aula” pode ser a única opção possível ao aluno para conservar uma postura ativa em sala de aula, pois uma vez frustrado em seus interesses e cerceado em seu movimento e liberdade, só lhe resta ter “hiperatividade” ou chegar aos extremos da indisciplina ou até mesmo da agressividade. Visto desta forma, transformamos a dificuldade em necessidade, permitindo-nos entender a

dificuldade do aluno em “parar quieto” como expressão de uma necessidade, a saber, a necessidade de agir.

No espaço da escola podem ser desenvolvidas novas formas de sociabilidade. Este aprendizado supõe limites, respeito às regras, manejo da agressividade e da destrutividade, temas constantes do debate sobre disciplina escolar. A menção à fixação de limites – como toda a discussão sobre a disciplina – é identificada como uma prática de regulação social.

O que se questiona é: como está se processando essa regulação social? O silêncio, a passividade e a estagnação dos alunos são fundamentais para que a transmissão do conhecimento tenha sucesso, sem perda de tempo nem interferências? A disciplina pelo adestramento tem que ser imposta aos alunos de forma que eles, mesmo que inconscientemente, se tornem submissos e manipuláveis, ou conforme Foucault, “corpos dóceis”? De que forma o processo de aprendizagem tem se desenvolvido no ambiente escolar? Como tem se dado a relação professor/aluno –tradicional/bancária ou dialógica?

Capítulo 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O nosso trabalho foi desenvolvido em seis momentos: definição da temática “a indisciplina na sala de aula e sua relação com a aprendizagem”; levantamento de estudos bibliográficos sobre o tema a fim de compreendermos o fenômeno da indisciplina no contexto escolar atual e identificar os fatores que contribuem para a sua ocorrência; o estudo de campo; a análise dos dados; preparação dos relatórios da pesquisa e a redação do trabalho final.

O estudo de campo foi realizado no período de dois meses, através de encontros semanais durante os horários de planejamento e avaliação de que dispõe a Instituição de Ensino, quando contamos com a colaboração de seis docentes, doze alunos e a direção da escola que nos concederam todas as informações necessárias e espaço físico para que pudéssemos efetivá-la.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram os questionários, por serem um meio prático, objetivo e o mais adequado, em virtude da exigüidade de tempo de que dispomos para concluir a pesquisa. Nestes foram contemplados aspectos quantitativos e qualitativos dispostos em seis perguntas objetivas e três subjetivas no questionário do professor e oito perguntas objetivas dirigidas aos alunos (Anexos I e II).

Durante os encontros foram discutidos textos e assistidos filmes relacionados à temática da indisciplina escolar, com vistas a despertar a reflexão sobre as concepções atribuídas ao corpo como instrumento disciplinador no decorrer da história da humanidade, procurando estabelecer relações entre o poder disciplinar e a disciplina dos corpos, para que pudéssemos comparar as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula com as técnicas de disciplinamento utilizadas pelo poder disciplinar no decorrer dos tempos, a fim de identificar semelhanças e inovações nas práticas educativas desenvolvidas na escola.

Os relatórios da pesquisa foram realizados simultaneamente aos encontros, cujo objetivo foi associar os dados recolhidos às teorias da indisciplina escolar abordadas pelos autores estudadas, com a finalidade de compará-los, para, a partir destas, chegarmos a uma conclusão que confirme ou refute a interferência da indisciplina escolar no processo ensino-aprendizagem e averiguar se o(s) aluno(s) não aprende(m) porque é(são) indisciplinado(s), ou é(são) indisciplinado(s) porque não aprende(m).

Após a análise, os dados foram condensados e concatenados, resultando no presente trabalho, através do qual esperamos contribuir de alguma forma com a Instituição de Ensino que participou na construção deste, dando-lhes subsídios para desenvolver um trabalho que envolva a comunidade escolar e família para fortalecer os laços de solidariedade e respeito entre professores, alunos e família e traçar estratégias que minimizem os efeitos da indisciplina no contexto escolar.

Situando o local da pesquisa: *Um passeio pela Escola Estadual Batista Leite*

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida na Escola Estadual Batista Leite, fundada em 07 de setembro de 1928 com o nome de Escola Estadual João Suassuna, tendo sido alterado e recebido várias denominações até então: Grupo Escolar de Sousa em 1930, em protesto ao movimento político da época que envolvia João Pessoa; Grupo Escolar Prof. Batista Leite em homenagem ao inspetor de ensino da época; Escola Estadual de 1º grau Batista Leite, em 1982 com a Resolução 237 que a inseriu no Padrão A-I para atender aos cursos de 1ª a 4ª séries e finalmente, Escola Estadual Batista Leite em 1985, quando se enquadrou no padrão A- 2 passando a atender também alunos da 5ª a 8ª séries, hoje, 2ª fase do ensino fundamental.

Atualmente, nesta Instituição de Ensino são atendidos 1.133 alunos oriundos das zonas urbana e rural, sendo alguns destes beneficiados pelo Programa Bolsa Escola do Governo Federal. Os discentes encontram-se distribuídos da seguinte forma: o ensino fundamental I no turno diurno, e o ensino fundamental II nos turnos diurno e noturno. Para acolhê-los a escola dispõe de trinta e nove professores, quarenta e uma pessoas de apoio (auxiliares de limpeza, porteiros, merendeiras), uma supervisora, uma diretora e duas vice-diretoras, e os seguintes recursos metodológicos: biblioteca, videoteca, laboratório de informática, três televisores a cores, dois mimeógrafos – um a óleo e um a álcool, um duplicador, cinco aparelhos de som, quatro aparelhos de vídeo, um retro-projetor e dez computadores.

A Escola Batista Leite funciona em instalações próprias, cuja estrutura é composta de onze salas de aula, dez banheiros, sendo quatro destes para uso dos professores, uma sala para os docentes, secretaria, diretoria, um auditório, um pátio interno e um externo, uma cozinha, um depósito para merenda, um depósito para material de limpeza, uma biblioteca/sala de vídeo, um laboratório de informática e uma mecanografia.

O núcleo gestor da instituição foi criado em 29/12/1995 pelo Decreto 18068/95 e implantado em 20/09/1996, sendo composto de oito membros: presidente, vice-presidente, secretário e mais cinco membros, sendo estes últimos escolhidos dentre professores, funcionários, um representante de pais e um representante de alunos.

A gestão escolar dispõe de outras organizações internas como Grêmios Estudantil e Conselho de Classe, extraído do Regimento Interno das Escolas Estaduais Oficiais, e tem como objetivo “permitir a discussão e viver o aprendizado da participação com relação à prática pedagógica e tomar decisões que interferem direta ou indiretamente na comunidade escolar.”

Capítulo 3

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Indisciplina Escolar e o trabalho docente: qual a parte que me cabe neste latifúndio?

“Educar é esculpir a pedra, não para dar a ela simplesmente a forma que imaginamos, mas para libertar a potencialidade nela contida”.

(Luiz Schettini Filho. 2004, p. 21)

O sucesso de nossas atividades depende de como nos relacionamos com o outro. Do mesmo modo, no contexto escolar não poderia ser diferente. O tratamento que dispensamos aos nossos parceiros de atividades, a forma como conduzimos nossas ações e a postura que adotamos diante do outro é que determinarão a qualidade dos relacionamentos.

Os seis professores envolvidos na nossa pesquisa reconhecem a importância dos relacionamentos inter-pessoais para o bom desenvolvimento de suas atividades em sala de aula. Quatro professores asseguram que a relação professor-aluno adotada em sala está respaldada - “na democracia, no respeito, na autonomia e na confiança” -, enquanto que um professor admite desenvolver uma relação de autoritarismo e submissão na sala de aula. Entretanto, percebe-se uma certa contradição nos depoimentos dos docentes, pois quatro docentes admitem em momento posterior que as regras de comportamento são definidas – “pelo professor no primeiro contato com a turma e à medida que os fatos vão acontecendo”, enquanto que apenas um docente afirmou que define as regras – “em conjunto com a turma no primeiro contato.”

Zandonato (1999, p. 2) afirma que a “escola é por excelência ambiente socializador (...) Deve propiciar experiências entre pares com base na cooperação, construindo um ambiente com regras coerentes e justas.” Sendo assim, a autora prossegue:

Estamos negando, desta forma, a disciplina com vista à obediência, através do uso de métodos coercitivos onde impera o respeito unilateral. Estamos, também, negando o fortalecimento da heteronomia que impõe regras, que inibe trocas entre pares onde o sábio é o professor, aquele que organiza e ordena. (Idem)

Por outro lado, quando o professor procura construir as regras de comportamento em parceria com os alunos que são co-responsáveis pelo sucesso escolar, sua prática docente encontra amparo no pensamento de Macedo (2005, p. 26), para quem “regra é algo que se constrói por consentimento”. Quando as regras são construídas democraticamente, haverá uma maior probabilidade de aceitação em segui-las, pois segundo Macedo (2005), “um dos motivos que nos levam a aderir à disciplina são as conseqüências de não nos entregarmos a ela. Convencer é diferente de impor.”(Idem)

No questionário utilizado na nossa pesquisa foi apresentada aos professores uma relação contendo dez atos considerados como indisciplinados e mais comuns em sala de aula. De acordo com os professores, destes atos indisciplinados relacionados, os que freqüentemente ocorrem em seu cotidiano escolar são: “- desrespeito ao professor e colegas; conversas paralelas e brincadeiras durante as atividades, entradas na sala após o início das aulas; recusas em participar das atividades propostas e insultos dirigidos aos colegas” e que quando a indisciplina compromete o desenvolvimento da aula programada, três destes professores procuram despertar o interesse dos alunos pelo assunto exposto e tentam descobrir que outro tema, dentro da sua área, a turma gostaria de trabalhar naquele momento, enquanto que os dois outros atores responderam que recorrem à direção.

No contexto atual, a indisciplina e o baixo aproveitamento representam para muitos profissionais da educação os dois grandes males da escola contemporânea geradores do fracasso escolar e os dois principais obstáculos para o trabalho docente. Para estes profissionais, a justificativa do fracasso escolar está no “aluno-problema”, ou seja, no aluno desrespeitador, no aluno sem limites e no aluno desinteressado, considerados como impasses fundamentais para a aprendizagem no cotidiano escolar.

Boselli, (2002, p.11), alerta que

a desmotivação dos alunos e o desinteresse explícito por aquilo que se pretende ensinar ou qualquer outro comportamento inadequado, por vezes não são mais do que chamadas de atenção ao professor sobre os seus métodos de ensino ou sobre as estratégias de relação na aula.

Um dos requisitos para desenvolvermos esta pesquisa é nos encontrarmos concluindo o curso de Pedagogia e, enquanto alunas, sabemos que quando a aula se torna desinteressante, é comum nos dispersarmos e que, embora sejamos pessoas maduras e não adolescentes como o público alvo de nossa pesquisa, também “enveredamos pelo caminho da indisciplina” com

conversas paralelas, saídas constantes da sala e nos recusando a participar das atividades quando a aula se torna cansativa e o professor não procura dinamizar suas aulas.

Para averiguar se há alguma relação direta entre a forma como o professor desenvolve suas atividades em sala e as posturas indisciplinadas adotadas pelos alunos, investigamos os recursos metodológicos utilizados pelos professores para dinamizar suas aulas utilizando a gradação: freqüentemente, às vezes e nunca. O resultado obtido foi: quatro dos docentes utilizam freqüentemente o quadro negro e textos, enquanto que um professor utiliza-os às vezes; o livro didático é usado freqüentemente pelos cinco docentes; os vídeos, as gincanas e as dinâmicas são explorados às vezes pelos cinco atores; a pesquisa em internet e o laboratório não são utilizados pelos docentes; os passeios a lugares públicos são usados por quatro dos atores e um docente utiliza-o às vezes; quatro docentes fazem uso, às vezes de entrevistas e um deles nunca a explora; o computador é utilizado às vezes por três docentes e nunca por dois deles.

Conforme se verifica, a prática pedagógica utilizada pelos professores caracteriza o que Freire (1998, p.121) denominou de “escola bancária”. Nesta,

o professor utiliza-se apenas do livro didático e de aulas expositivas. Com esta prática, a escola impede a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento científico e favorece o desinteresse destes perante as atividades propostas e favorece ao desenvolvimento de atitudes consideradas como indisciplinadas.

Quando solicitados para definir indisciplina, dos cinco professores, três responderam que indisciplina “- é transgredir regras, é ir de encontro às regras, ou agir contrariamente ao recomendado.” Segundo Zandonato (1999, p. 1) apud Guimarães (1996),

a escola tem mecanismos disciplinares que levam à disciplinarização dos comportamentos de alunos, professores e outros funcionários. Dessa forma, aponta a indisciplina como uma possível forma de resistência por parte dos alunos que não se submetem às normas impostas pela escola.

Por outro lado, Zandonato (1999, p. 1) apud La Taille (1996 e 1998) e Araújo (1996), baseados na perspectiva piagetiana, defendem que o desrespeito às normas pode ser sinal de autonomia, significando resistência às imposições e ao autoritarismo. Entretanto, estes autores não negam que a indisciplina tenha vínculos com a educação moral recebida; com o modo que se dá a relação professor-aluno; tão pouco com a existência de um currículo oculto excludente e as imposições da escola.

para ser aprendida, não se aprende em casa

Macedo (2005, p. 24), afirma que disciplina na escola “não é uma questão de boa conduta nem de formação trazida de casa.” Segundo ele, disciplina “se aprende e é do interesse de todo mundo porque facilita a relação da gente com as coisas”(idem).

Considerar a disciplina como pré-requisito para a ação pedagógica é negá-la como um dos produtos ou efeitos do trabalho cotidiano de sala de aula, pois existem alunos que são indisciplinados com um professor e não o são com outros professores. Nesta perspectiva, a indisciplinada, segundo Aquino (1998, p. 14),

parece ser algo que desponta ou se acentua dependendo das circunstâncias. (...) indisciplinada é um evento escolar que estaria sinalizando, a quem interessar, que algo, do ponto de vista pedagógico, e mais especificamente da sala de aula, não está se desdobrando de acordo com as expectativas dos envolvidos”.

Entender a indisciplinada como - “uma projeção de atitudes que o aluno apresenta por causa de algumas insatisfações de experiências vivenciadas que atrapalham a aula” – e ainda, reconhecer - “que a escola e o professor, com suas atitudes e regimentos contribuem para a indisciplinada” - conforme afirmou o professor J, comunga do pensamento de (Vasconcelos, 1995, p. 32), para quem “... Tudo passa pela qualidade da aula. (...) Há mais indisciplinada em algumas aulas do que em outras (...) O porquê disso está diretamente ligado à qualidade da aula.”

Segundo Antunes (2002), a concepção de disciplina mantém uma relação de dependência com o meio social em que está inserida, pois é de acordo com os princípios e valores pré-estabelecidos pelos grupos que o constituem que se definem as regras que determinam essa disciplina”. A partir deste pensamento, podemos analisar o argumento dos cinco atores desta pesquisa quando afirmam que –“ o aluno de hoje em dia é menos respeitador do que o aluno de antes, e que a escola atual teria se tornado muito permissiva em comparação ao rigor e à qualidade da educação de antigamente.” (Idem)

Muitas vezes, o saudosismo leva alguns docentes a desejar a recuperação do modelo escolar do passado, como se isso fosse a solução para os problemas pedagógicos atuais. Ao acreditar num retrocesso do contexto histórico é ignorar que os nossos alunos de hoje não viveram nesses tempos históricos e que eles são frutos de outras coordenadas históricas e que a escola cidadã que a sociedade atual exige não se configura mais de alunos calados, imóveis e obedientes, mas de cidadãos participativos que denunciam a punição, a represália e o medo, de modo que, “as relações escolares determinadas em termos de obediência e subordinação, com

o passar do tempo, são revidadas pelo novo sujeito histórico originado pelas mudanças sócio-culturais.” ANTUNES (2002, p. 8)

Para Boselli (2002),

a indisciplina se faz presente opondo-se à prática administrativa e pedagógica desenvolvida na instituição escolar, confirmando, assim, as relações controversas entre a escola e as outras instituições sociais. Esse quadro revela claramente o quão importante são as diferentes práticas pedagógicas no ato de conceber o significado de disciplina, bem como na maneira de implantá-la.

A obediência às regras depende de como estas são construídas: pelos sujeitos, ou para os sujeitos envolvidos no processo educativo, pois de acordo com Aquino (2002, p. 16) as regras de funcionamento do trabalho educativo devem ser “conhecidas, partilhadas e, se possível, negociadas por todos” (...) “é na medida em que todos se sentem co-responsáveis pelo “código” de regras comuns que se pode ter parceria, solidariedade, um projeto conjunto e contínuo – o que, no caso do trabalho pedagógico, é mais do que necessidade, é uma exigência.” (Idem)

Entretanto, construir as regras de comportamento democraticamente com os sujeitos do processo não garante o cumprimento destas. Nesse caso, o que leva um indivíduo a transgredir algo que ele mesmo projetou? É possível encontrar um fator determinante, como a natureza do homem que o impele a transgredir as regras, ou os fatores são vários?

Do nosso público alvo, cinco professores e setenta por cento dos alunos entrevistados, afirmam que os fatores são inúmeros, e dentre estes, o que mais contribui para a ocorrência da indisciplina em sala de aula são a ausência da família na escola e a falta de acompanhamento dos pais nas atividades desempenhadas pelos filhos. Segundo os cinco professores e setenta por cento dos alunos entrevistados, -“a escola sente a ausência da família, que no geral, encontra-se desestruturada e não impõe limites aos seus filhos”.

Sob este aspecto, Aquino (2002, p.8/9) alerta que “precisamos recuperar alguns consensos quanto às funções da família e da escola.” e que “ família e escola não são a mesma coisa, e uma não é a continuidade da outra”. Para este autor,

embora essas duas instituições basais sejam complementares e possam chegar a se articular, elas são bastante diferentes em suas raízes, objetos e objetivos. (...) O trabalho familiar diz respeito à moralização da criança – essa é a função primordial dos pais ou seus substitutos. A tarefa do professor, por sua vez, não é moralizar as crianças. O objeto do trabalho escolar é fundamentalmente o conhecimento sistematizado, e seu objetivo, a recriação deste. O resto é efeito colateral, indireto, mediato.

Outro fator citado pelos cinco docentes como causador da indisciplina escolar é a “falta de interesse e de compromisso dos alunos com a aprendizagem.” Entretanto, durante a pesquisa foi questionado aos doze alunos como eles vêem a escola, quando sete destes responderam que vêem a escola “como uma possibilidade de ascensão social e um espaço para desenvolverem relações sociais”; e três dos atores percebem a escola “como uma imposição da família”.

A análise destas falas nos leva a acreditar que os nossos alunos não estão desinteressados e nem lhes faltam compromisso para com a educação. Talvez o que esteja acontecendo é que a escola, com a sua metodologia de ensino de aulas expositivas como vimos acima, não esteja atraindo os alunos para o seu interior, pois conforme vimos nos depoimentos dos alunos, eles ainda depositam suas expectativas de um futuro promissor na escola.

Os atores da nossa pesquisa acreditam que há uma estreita relação entre a indisciplina em sala de aula e a aprendizagem. No questionário utilizado, os cinco docentes afirmaram que a indisciplina interfere no processo ensino-aprendizagem, à medida que “tira a concentração tanto do professor como dos alunos; desvia a atenção atrapalhando a fixação dos conteúdos; e desestimula os que estão envolvidos no processo, tanto para ensinar como para aprender.”

Sob esse aspecto, Weiss (2004, p. 28) assegura que

quando chega à escola, o aprendiz (filho aluno-cidadão) já adquiriu muitos conhecimentos da vida, científicos, tecnológicos, modos de se comportar como: individualismo, cooperação, competitividades, solidariedade, etc. Resolve problemas agredindo (palavras ou atos) ou enganando, ou buscando ajuda. Lida com a frustração do erro, da perda num jogo ou numa brincadeira fugindo da situação, recusando-se a brincar, agitando, agredindo, etc. Esses comportamentos aparecerão na educação formal em qualquer série escolar, aí está um dos germes das relações entre disciplina e aprendizagem escolar. A maneira como a Escola ou o professor lidar com essas questões poderá ampliar, reforçar as condutas negativas ou diminuí-las, criando vínculos positivos.

Investigamos junto aos alunos quais as aulas que apresentavam maior índice de indisciplina e após analisar as respostas, as disciplinas ficaram ordenadas na seguinte escala por maior incidência do fenômeno: ensino religioso, artes, ciências, matemática e educação física, língua estrangeira, português, história, informática e geografia.

A aprendizagem das turmas do público alvo da pesquisa foi investigada por amostragem – dos cinco professores, foram investigados três - para verificarmos o índice de

aproveitamento satisfatório e o número de alunos disciplinados e indisciplinados, tendo apresentado o seguinte resultado:

A docente C trabalha com quatro turmas, totalizando 99 alunos. Destes, 37 são considerados indisciplinados (quinze não apresentam rendimento escolar satisfatório e 22 apresentam rendimento escolar) e 62 são considerados como disciplinados (35 sem rendimento escolar satisfatório e 27 disciplinados com rendimento satisfatório).

O professor S tem 58 alunos distribuídos em quatro turmas. Vinte destes são considerados indisciplinados (nove não apresentam rendimento escolar satisfatório e onze apresentam) e 38 são considerados disciplinados (21 com rendimento escolar satisfatório e dezessete sem rendimento escolar satisfatório).

A turma do professor B é composta de 37 alunos, sendo quinze considerados indisciplinados (nove não apresentam aproveitamento escolar satisfatório e seis apresentam) e 22 alunos considerados disciplinados (sete não apresentam rendimento escolar satisfatório e quinze apresentam).

Analisando os dados acima, constata-se que das turmas da docente C, o número de alunos indisciplinados com aproveitamento supera o número de alunos disciplinados com aproveitamento. Nas turmas da docente S, o número de alunos sem aproveitamento escolar satisfatório corresponde a 44,82% do total de alunos, sendo que o número de disciplinados é maior que o número de indisciplinados. Por outro lado, na turma do professor B com 37 alunos, 35% não apresentam rendimento satisfatório e a diferença que existe entre o número de alunos disciplinados e indisciplinados, é de apenas dois alunos.

Com base nestes dados, percebe-se que tanto os alunos disciplinados como os indisciplinados são capazes de aprender e que não se pode afirmar categoricamente que a disciplina é fator condicionante para a aprendizagem, pois se assim fosse, todos os alunos disciplinados deveriam apresentar rendimento escolar satisfatório. Ademais, o processo ensino-aprendizagem não pode ser analisado a partir da conduta social do aluno, pois se trata de um fator extremamente complexo que envolve aspectos internos e externos dos indivíduos (professor e aluno) envolvidos no processo.

Sendo assim, fica claro que a aprendizagem é um processo integrado em que algo externo (objetivo) se torna interno (subjetivo) e volta para o externo no mecanismo de assimilação-acomodação piagetiano, envolvendo sempre o organismo (corpo), a estrutura intelectual (cognitiva) e afetivo-social. No processo de subjetivação e objetivação estão presentes relações, imagens, conceitos, afetos, valores e tudo o que envolve o objeto do

conhecimento qualquer que seja a natureza, seja ele escolar ou do mundo físico e social à volta do aprendiz.

Discutindo com os docentes sobre Indisciplina Escolar:

Do discurso à prática

Educar é esculpir a pedra, não para dar a ela simplesmente a forma que imaginamos, mas para libertar a potencialidade nela contida.
(Luiz Schettini Filho)

O estudo de campo realizado com o universo da nossa pesquisa (seis professores da Escola Estadual Batista Leite), consistiu em aplicação de questionários e oito encontros onde foram discutidos textos e assistidos alguns filmes que tratam da temática ora investigada. Nestes encontros procuramos analisar as argumentações defendidas pelos autores dos textos, verificar se há relações entre o fenômeno da indisciplina e as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e compreender nosso estudo de caso, suas causas e relações com a aprendizagem.

Ao trabalharmos o texto de Silva, (2003) “Corpo e Disciplina: As concepções do corpo através da história”, analisamos as diversas concepções atribuídas ao corpo: utilitário, guerreiro, natural, forte, viril, combatente, etc, e à medida que a leitura transcorria, fazíamos pausas para discussão de aspectos do texto e verificar o nível de compreensão dos professores.

Em dado momento, discutimos sobre o posicionamento de Foucault (1989) quanto ao poder disciplinar exercido “nas escolas sob os olhares dos mestres e sob a ordenação dos alunos em fileiras e regulamentos minuciosos a determinarem o espaço que cada aluno ocuparia no contexto escolar e na sociedade e controlar a aprendizagem”, e ao mencionarmos que este autor era um dos grandes teóricos que estudara o disciplinamento através dos corpos, o professor E perguntou: – “ Quem é esse Foucault? Ele já esteve em uma sala de aula?

À primeira vista, pareceu-nos que os professores E e J adotam práticas educativas tradicionais em sala de aula, pois segundo a professora E, “ a volta da formação das filas para entrarem nas salas de aula seria uma forma de disciplinar, de colocar ordem no caos na hora dos alunos adentrarem nas salas.” E continua argumentando: - “ O professor tem muita dificuldade para dar início às aulas porque os alunos conversam, andam na sala e demoram para se aquietarem nos seus lugares.”

Os adolescentes normalmente são hiperativos. Nesta fase eles apresentam comportamento emocionalmente instável e o seu cérebro se reestrutura para a vida adulta, de modo que é através da agitação, das conversas e das brincadeiras que eles exteriorizam suas emoções.

Cavalcante (2004, p. 46) nos lembra que os adolescentes “uns parecem estar no mundo da lua. Outros, num ringue de boxe.” E que para driblar essas atitudes que prejudicam as aulas (...) “é preciso conhecer e respeitar as mudanças que ocorrem na adolescência, ganhar a confiança da turma e aproximar o conteúdo escolar do cotidiano da garotada.”

Por outro lado, Aquino (1998, p. 10), diz que “talvez se possa entender a indisciplina como energia desperdiçada, sem um alvo preciso ao qual se fixar, e como resposta, portanto, ao que se oferta ao aluno. Enfim, a indisciplina do aluno pode ser compreendida como uma espécie de termômetro da própria relação do professor com o seu campo de trabalho, seu papel e suas funções.”

O que nos leva a inferir que os professores E e J como tradicionais, é que a ordenação dos alunos em fileiras foi uma prática adotada nas escolas a partir do século XVIII, conhecida como escola bancária, que além de ser imposta pelo professor, tem por função o aprisionamento e controle do homem, de modo que para controlar os alunos, as salas de aula são organizadas em fila e os alunos distribuídos individualmente para que o professor possa, segundo Foucault (1997), a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar.

Por outro lado, a professora J reconhece ser tradicionalista ao afirmar que “não se sente atraída em utilizar métodos mais dinâmicos e usa basicamente o livro didático, a lousa e giz para ministrar suas aulas, até porque não se sente motivada para dinamizar suas aulas”, reforçando assim, a nossa dedução. Em outro momento, esta docente, assim como os outros quatro docentes, atribuíram à indisciplina a causa do baixo rendimento escolar. Consoante eles, a indisciplina dos alunos interfere no processo ensino-aprendizagem. Entretanto, percebe-se que, mesmo involuntariamente, a docente J assume que não procura tornar suas aulas mais atrativas para os alunos.

Segundo Weiss (2004, p. 29),

é comum nas escolas, salvo algumas exceções, seguir-se de forma linear os programas, o mesmo acontecendo com o desenvolvimento das temáticas em sala de aula. O aluno recebe a apresentação de conteúdos de forma linear, seqüencial, seja em textos, livros, ou exposições do professor. Entretanto, ao raciocinar sobre as informações que lhe são dadas, para assimilá-las e acomodá-las e assim vir a transformá-las em verdadeiros conhecimentos ele estabelece suas próprias ligações (...) com grande número de outros conhecimentos. Com essa forma de pensar as dúvidas que surgem, aparentemente, nada tem a ver com o andamento do conteúdo de informações que está sendo seguido na aula. Perguntas que são feitas nesse momento podem fazer sentido no pensamento do aluno e parecer ao

professor desavisado um disparate ou simplesmente uma provocação para perturbar a aula. Parecer indisciplina e não busca de conhecimento.

Quando indagamos que fatores podiam ser atribuídos à indisciplina, o professor E afirmou:

o grande problema da indisciplina parte da família, da falta de controle, da falta de atenção dos pais para com seus filhos. (...) é necessário que seja feito um trabalho envolvendo família e escola. Os pais precisam vir à escola, não para ouvir os problemas que envolvem os seus filhos, pois eles já o sabem, mas para se envolver com a escola. A escola precisa mostrar aos pais que eles são importantes, fazê-los se sentir gente.

O docente E acrescenta ainda que

É necessário que se faça um trabalho com essas famílias no sentido de orientá-los como se portarem no dia-a-dia, inclusive em relação à alimentação dos seus filhos, pois temos alunos que vêm à escola sem tomar café da manhã porque a mãe não se levanta para preparar o café da manhã dos filhos.

Este professor finaliza seu pronunciamento dizendo:

Não sei quem faria esse trabalho, só sei que nossos alunos precisam dessa assistência.

Neste discurso, os docentes reafirmam o que alegaram nos questionários ao atribuírem à família o problema da indisciplina. Entretanto, Zandonato (1999, p. 1), deixa-nos um alerta de que

a indisciplina escolar não envolve somente características encontradas fora da escola como problemas sociais, sobrevivência precária e baixa qualidade de vida, além de conflitos nas relações familiares, mas aspectos envolvidos e desenvolvidos na escola como a relação professor/aluno; a possibilidade do cotidiano escolar ser permeado por um currículo oculto; entre outros."

Por outro lado, o professor B afirma que um dos fatores que contribui para a indisciplina em suas aulas é a intimidade desenvolvida com a convivência e afirma:

Eu tenho duas turmas. Uma conheço desde o ano passado e a outra passei a conviver neste ano. A primeira me dá mais trabalho que a segunda e acho que é porque os alunos daquela me conhecem há mais tempo, se sentem mais próximos e acabam por querer transpor as "barreiras invisíveis" que

existem na relação professor-aluno, enquanto que os alunos da segunda turma por me conhecerem há menos tempo, sentem-se um pouco mais intimidados. Normalmente, minhas aulas são dinâmicas, permito que brinquem, ouço o que eles têm a dizer, inclusive quando se trata de assuntos que não tem nada a ver com a disciplina. Quando eles perdem o controle e exageram, falo sério e tento retomar o controle e sempre é mais fácil retomá-lo com a segunda turma.

Este comentário nos reporta a Girão (1997, p.57), quando afirma

que a autoridade do professor não se sustenta apenas com o rigor disciplinar. Além desse aspecto, existem outros atributos que colaboram no reconhecimento da autoridade por parte dos alunos como a de ser enérgico, impor um regime disciplinar rígido, impressionar pela clareza das aulas, não seguir a linha do terrorismo; ter uma força carismática, lucidez e poder de comando; capacidade de prender o interesse dos alunos; segurança; e ter bastante lastro para conduzir as lições com facilidade.

Ao prosseguir, o professor B afirmou: “- procurei investigar os motivos que poderiam estar contribuindo para a indisciplina e descobri que na maioria dos casos, a indisciplina é um reflexo de problemas na família, pois cada aluno indisciplinado tem um histórico de vida problemática”. Indagado sobre o quê havia levado ele a chegar a essa conclusão, respondeu:

Durante as reuniões de pais e mestres eu percebi que alguns pais têm o mesmo comportamento agressivo e arrogante de alguns filhos/alunos. Sendo assim, o que vemos na sala da aula são apenas reflexos dos relacionamentos familiares. Até os pais se dirigem ao corpo docente com falta de respeito. É claro que são casos isolados, mas é triste ter que conviver com isso e sentir-se de mãos atadas sem poder fazer muita coisa, pois precisamos do apoio da família para buscar soluções e não o temos.

A família brasileira tem sofrido transformações não só em sua estrutura como em sua forma de educar os filhos. Na prática isso vai se refletir na conduta dos alunos dentro da escola, assim como nas relações família-escola. Neste aspecto, Weiss (2004, p. 27) ressalta que

é indispensável que alguém na escola faça o acolhimento dessas crianças ou adolescentes (...) é preciso que a escola tenha um olhar, uma escuta verdadeira sobre os alunos e suas relações, mesmo para os considerados mais indisciplinados. Muitos alunos vão adquirindo aos poucos, uma conduta agressiva para se defenderem de algo difuso ou mesmo concreto, por não se sentirem acolhidos, desejarem carinho ou desejarem apenas atenção, procurando aparecer de algum modo.

Lopes (2005, p.45) apud Vinha, reforça o pensamento acima, ao afirmar que “disciplina tem tanto a ver com a família quanto com a escola” (...) e que “as causas da indisciplina não estão apenas no estudante e na educação que ele traz de casa. Assim, “Ao achar que as soluções para o problema estão fora do seu alcance, a escola nega a responsabilidade que lhe cabe.” (idem)

Embora os cinco docentes atribuam a ausência da família como um dos fatores de grande impacto na indisciplina escolar, Zandonato (1999, p. 1) afirma que a indisciplina escolar tanto pode ser atribuída a fatores externos à escola e/ou a fatores que envolvem a conduta do professor, sua prática pedagógica e até mesmo práticas da própria escola que podem contribuir para a exclusão.

Ao prosseguir, o professor B partilhou conosco outra de suas experiências em sala:

Às vezes os alunos procuram criar situações que requerem a nossa intervenção. Quando percebem que eu tomei conhecimento do fato ou discórdia, exigem que eu tome alguma atitude e só se sentem satisfeitos quando alguém é punido, entretanto, quando faço de conta que não sei de nada ou que nada percebi, eles resolvem sozinhos entre si, às vezes de forma violenta com insultos e agressões, outras menos violenta, apenas alterados, mas resolvem sem minha intervenção, de modo que na maioria das vezes eu tento deixar por conta deles e só interfiro quando as coisas querem fugir ao controle, até porque se formos levar tudo muito a sério, passamos a maior parte da aula apenas resolvendo picuinhas porque tudo é motivo de briga para eles.

A postura deste professor encontra respaldo no pensamento de Boselli (2002, p.11), para quem

o professor deve assumir a atitude de quem detém um poder, mas não se sabe bem quanto nem quando o vai usar. Se um professor usa demais as mesmas armas, acaba por ficar desarmado. Não é aconselhável a censura permanente, sendo mais adequado ignorar os comportamentos incorretos que não perturbem diretamente com o desenrolar da aula. Utilizam-se estratégias adequadas a cada aluno e a cada situação.

Quanto à relação da indisciplina na aprendizagem, os cinco professores foram uníssonos em afirmar que

a indisciplina interfere na aprendizagem porque os alunos que querem aprender alguma coisa não conseguem se concentrar por causa da bagunça; os professores não conseguem finalizar as aulas planejadas porque a todo instante tem que interromper a aula e o raciocínio para resolver algum

problema daqueles que não querem aprender e que só foram para a aula porque os pais obrigaram e estão ali na sala apenas para perturbar.

Segundo eles, a indisciplina é “um problema geral que requer soluções imediatas, mas que eles não sabem como agir e por isso se sentem impotentes.”

Neste aspecto, em que a indisciplina é considerada um fator que interfere na aprendizagem, Rebelo (2002), convida os profissionais da educação a analisar a indisciplina e suas interpretações sob duas concepções de educação: a bancária, como prática comum na escola, e a problematizadora, como proposta de superação da indisciplina e construção de uma educação como prática da liberdade, pois segundo a autora, a submissão e o silêncio do aluno favorecem um ensino magistrocêntrico; um ensino centrado no professor e nos conteúdos porque na escola tradicional as relações entre diretor/professor e professor/aluno se dão de maneira vertical.

Por outro lado, Zandonato (1999, p. 3) apud Aquino (1996) afirma que a solução pode estar na forma como se dá a relação professor/aluno, ou seja, nos vínculos que se estabelecem nas relações cotidianas. Aponta, como solução, o desenvolvimento de um trabalho fundado no resgate da moralidade discente, através da relação com o conhecimento.

O professor E finaliza afirmando:

os alunos estão sem domínio e arrisca afirmar que esses professores que estão começando na docência, dificilmente terão pulso firme para controlar os alunos. Que a situação se agravou muito no decorrer dos últimos dez a quinze anos e que o que muito contribui para esse quadro foi a institucionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente e a liberdade excessiva concedida aos alunos.

O comentário acima nos leva a deduzir que para este professor uma das funções do professor é controlar o aluno. Nesta perspectiva, a educação se desvia da sua função principal, que segundo Vaz (1999), “é a de provocar a evolução do conhecimento e de conduzir o aluno ao esclarecimento e para isso, o aluno deve ter capacidade de agir autonomamente.”

O professor E argumenta que

a superlotação das salas de aula contribui para a indisciplina, pois as salas acomodam em média, 43 a 45 alunos, o que nos impede de fazer algo diferente em sala, tipo uma dinâmica, ou dispor as carteiras de forma diferente da tradicional (enfileiradas). Da forma que se encontram, os alunos mal conseguem se mover, além do mais, as carteiras são extremamente desconfortáveis e só percebemos tal fato quando participamos de algum encontro pedagógico.

É natural para o indivíduo querer/sentir-se dono do seu próprio espaço. Entretanto, o espaço que é reservado para os alunos na sala de aula é extremamente reduzido, ou seja, o espaço de sua própria carteira. Nesse sentido,

partilhar um espaço fechado e limitado com um grupo numeroso; circunscrever-se ao espaço reduzido de sua carteira, controlar os movimentos e reduzir as deslocações constitui a primeira e mais difícil aprendizagem do aluno que entra na escola. Aprendizagem penosa, que não se faz sem resistência e sem libertação de agressividade. (ESTRELA, 1992:42)

Para o professor E, outro dificultador das relações interpessoais na sala é a forma de tratamento utilizada pelos alunos. Segundo ele,

é usual os alunos se comunicarem de forma grosseira por meio de palavrões e que isso é apenas reflexo do ambiente familiar, pois em suas casas, é natural falarem “palavrões” para expressar os mais variados sentimentos, desde a alegria até a zanga. Tanto faz, não importa o motivo, essa é a forma dele se expressar. Diante destas situações, não costumo punir o aluno, apenas peço que modere as palavras.

Ainda quanto aos relacionamentos interpessoais, o professor J confessa: - “não consigo me imaginar alterando a voz e gritando com algum aluno e me sinto encabulada todas as vezes que ouço um “palavrão” e por causa desse constrangimento não consigo chamar a atenção ou punir o aluno.”

Sobre o aspecto da normalização atitudinal, Aquino (1996), nos diz que esta não deveria ser o foco do trabalho escolar. Segundo ele, o objetivo central da escola deveria ser a reposição e a recriação do legado cultural. O mesmo autor nos diz que a tarefa de educar em seu sentido lato não é de responsabilidade integral da escola. Para ele, esta tarefa é, essencialmente, da família. A tarefa docente encerra-se no conhecimento acumulado e, esta já é uma tarefa difícil de ser executada.

A docente E partilhou conosco uma de suas experiências em sala de aula. Segundo esta,

Os alunos tanto percebem, como não respeitam o nosso estado de espírito. Quando notam que estamos com a auto-estima baixa ou sentindo algum cansaço físico, para eles não faz a mínima diferença, ao contrário, serve de motivo de graça para alguns. Outro dia eu estava deprimida e pedi que eles colaborassem fazendo silêncio porque eu estava me sentindo com a “energia

baixa”, quando um dos alunos retrucou prontamente: - professora, bote o dedo aqui nesta tomada que sua energia sobe na hora.. - Resultado: a turma toda riu e o aluno conseguiu o seu objetivo: tumultuar a aula.

A partir dos doze ou treze anos, o jovem está passando por um período de instabilidade psicológica natural em que revive conflitos típicos da infância, sendo comum apresentarem reações e comportamentos que independem da vontade deles, ou seja, algumas atitudes dos jovens não são premeditadas, pois na sua grande maioria eles agem por impulso e no caso acima, talvez a intenção daquele aluno não tenha sido a de tumultuar a aula, mas apenas contagiar o professor, elevar a sua auto-estima com a brincadeira, que pode até ter sido de mau gosto, mas não necessariamente com a intenção de desmontar a aula. Sendo assim, Cavalcante (2004, p. 46) alerta quem trabalha com adolescentes para

não tomar para o lado pessoal qualquer tipo de afronta vinda de um aluno. Responder a uma provocação no mesmo tom só faz você perder o respeito e a admiração do grupo, o que dificulta o trabalho em classe. Além do mais, ao perceber que tirou o professor do sério, o jovem se sente vitorioso e estimulado a repetir a dose.

Os cinco docentes afirmam que além das constantes interrupções das aulas,

têm que lidar com alguns alunos, com os quais não sabem mais o que fazer para motivá-los e interessá-los. São alunos que passam toda a aula a não querer fazer literalmente nada. Estão ali apenas para passar o tempo e enquanto o tempo passa, tumultuam e atrapalham aqueles que querem aprender alguma coisa. Uns vêm para a escola por causa da merenda e outros porque a família determina que eles freqüentem a escola, mas a maioria dos pais não sabe o que é que o filho está fazendo na escola, pois não participam da vida escolar do filho e não atendem aos chamados da escola.

A desmotivação dos alunos é queixa freqüente nos ambientes escolares. A escola, como instituição socializadora e ambiente de re-construção do conhecimento, não tem conseguido atrair os nossos jovens. Há sempre uma pergunta que não quer calar. Ir à escola para quê? O que as nossas escolas tem a oferecer aos nossos alunos?

Em nossa sociedade atual, o consumismo exagerado tem levado os jovens a se preocuparem mais com a roupa que vão usar, com o mais novo produto lançado no mercado e em saber qual a banda que se encontra nas paradas de sucesso. Sabemos que os adolescentes só retêm na memória aquilo que lhes chamam a atenção. Enquanto isso, o professor continua a

desenvolver suas atividades em sala com métodos e conteúdos dissociados dos seus interesses. Entretanto,

se os adolescentes admiram e respeitam o professor, ele já tem meio caminho andado para desenvolver os conteúdos curriculares. Para percorrer a outra metade do caminho, é preciso ter boas táticas. Uma das melhores formas de ensinar os jovens é fazer da sala de aula algo bem próximo do mundo deles.” (CAVALCANTE 2004, p. 47).

Outro aspecto polêmico que incomoda alguns professores é a distribuição dos alunos pela sala de aula. Nesse sentido, o professor E, defende a formação em filas. Segundo ela,

é mais fácil trabalhar com a turma assim, até porque enfrentamos filas em todos os lugares a que vamos: no trânsito, em bancos, lugares públicos, distribuição de merenda e até para recebermos a hóstia na igreja. (...) não consigo imaginar como seria a distribuição da merenda se a escola não adotasse a formação em fila. Com fila já é tumultuado, imaginem sem ela!”

Esse discurso nos lembra o ideal de comportamento da escola antiga, o qual encontrava-se prescrito nas Recomendações Disciplinares de 1922, que segundo Jover (1998, p.36) consistia em:

- (...)
- Os alunos devem se apresentar na escola minutos antes da 10 horas, conservando-se em ordem no corredor da entrada, para daí descerem ao pátio, onde entoarão o cântico.
 - Formados dois a dois, dirigir-se-hão depois as suas classes acompanhados de suas respectivas professoras, que exigirão delles que se conservem em silêncio e entrem nas salas com calma, sem deslocar as carteiras.
 - Deverão andar sempre sem arrastar os pés (...) evitando o balançar dos braços e movimentos desordenados do corpo.
- Em classe, a disciplina será severa:
- (...) silêncio absoluto;
 - não poderá estar em pé mais de um alumno (...);
 - sempre que se retire da sala, a turma a deixará na mais perfeita ordem;
 - serão retirados do recreio ou sofrerão a pena necessária os alumnos que gritarem, fizerem correrias, damnificarem as plantas ou prejudicarem o asseio do pátio com papéis (...) etc.
 - Deverão os alunos lavarem as mãos e tomar água no pavimento em que funcionar a classe a que pertençam;
 - (...) Ao findarem os trabalhos (...) cada classe seguirá em forma e em silêncio até a escada da entrada, e só descida esta se dispersarão os alumnos.
- (...)

Ouve-se muito que as crianças e adolescentes de hoje não têm limites e adoram transgredir as regras. E nós adultos, costumamos respeitar as regras? Será que a transgressão

das regras é prática usual apenas dos jovens, ou é um desejo nato de todo indivíduo? Para conviver em sociedade, naturalmente o homem precisa de regras porque se cada um agir a sua maneira sem respeitar o outro, a convivência em grupo tornar-se-ia impossível. Sem limites, correremos o risco de atingirmos os outros nos seus direitos e na sua liberdade.

A escola está permeada de regulamentos. São regras para os alunos, para os professores, para a direção, colaboradores, etc, e espera-se que todos as cumpram e façam-nas cumprir, caso contrário o trabalho educativo poderá ficar comprometido.

O professor B afirma que

as regras existem para o bom funcionamento das coisas, entretanto, muitas vezes, a regra é construída por uns e implementada por outros, de modo que a sua aplicação nem sempre é viável, nem apresenta o resultado esperado, mas não acredito que as regras possam ser construídas em parceria com os alunos, pois a escola já tentou esta prática uma vez ao acordar com os alunos quanto ao toque de entrada nas salas e não deu certo, porque eles mesmos não cumpriram o acordado, de modo que a escola retornou a prática anterior.

Sobre este aspecto, Aquino (2004, p.16) assevera que

as regras de convivência, muitas vezes implícitas, que orientam o funcionamento da sala de aula, precisam ser explicitadas para todos os envolvidos, conhecidas e compartilhadas com aqueles inseridos no jogo escolar, mesmo se elas tiverem de ser relembradas ou até mesmo transformadas todos os dias.

Deste pensamento comunga Macêdo (2005, p. 26) ao assegurar que “regra é algo que se constrói por consentimento. É como um jogo. As regras são arbitrárias, mas a criança aceita porque gosta de jogar”, enquanto Cavalcante, apud Barthollo, (2004, p. 47) sugere que “a luta com a garotada dê lugar a parcerias . Os acordos incluem regras, direitos e limites que valem para todos, inclusive você.”

Ao dar aos alunos a chance de participar da elaboração das regras, a escola põe fim ao conceito de disciplina como um mecanismo de repressão ou controle, pois segundo Lopes, (2005, p. 48), apud Vinha, “muitas vezes, em nome da disciplina, o aluno fica à mercê de normas autoritárias, como falar só quando questionado e não fazer outra coisa senão o que o professor mandou”. A autora nos alerta que esta prática nos leva a uma “educação para a obediência”, que ela chama de “escola para a passividade” e que neste modelo entram “as filas, as cabeças atrás das cabeças, o tempo limitado para cada atividade, os conteúdos estagnados e

as provas homogêneas.” Com isso, em vez de autonomia, a criança e o jovem desenvolve dependência.

Ao que tudo indica, a definição de regras, o cumprimento destas não está muito claro para o professor B, tendo em vista que em outro momento, apesar do que afirmou no seu depoimento anterior, assegura que

os alunos não são resistentes às regras. Eles as cumprem. O que acontece é que é normal na fase da adolescência em que se encontram, acabam por transgredi-la. Eles não costumam “bater de frente” com os professores para não cumpri-las. Eles reagem quando são punidos por causa da indisciplina. Não é a regra que faz o aluno desafiar o professor, mas a punição recebida em função da transgressão. Se o professor conseguir administrar a desobediência sem punição, ele não terá problemas com a indisciplina.

Embora este docente não tenha partilhado conosco de como é possível administrar a indisciplina em sala de aula, pode-se inferir, segundo Schettini (2004, p. 20), que “ limite e disciplina transitam no caminho do afeto e da liberdade” e que “dar limite não é impor uma restrição, mas oferecer ao aluno um instrumento de organização das suas compulsões e das suas ações como participantes de um grupo de pares.”(idem)

O professor B assegura que

normalmente se relaciona democraticamente com os alunos dando-lhes espaço para conversarem entre si e consigo, mas a noção de limites ainda não está definida para eles que acabam exagerando na liberdade. Quando isso ocorre, é preciso que mostremos para eles que estão ultrapassando os limites, sendo que alguns reconhecem, outros se recusam a obedecer e acabam por provocar situações de conflitos e nós, professores, temos que manter nossa imagem de autoridade e para isso, se preciso for, o aluno que se recusar a atender será colocado para fora da sala porque eu não admito que atrapalhem aqueles que querem aprender algo.

O discurso em voga é que a escola é o veículo da inclusão social e que através dela exerceremos a cidadania. Pensar desta forma nos leva a questionar a que tipo de inclusão a escola estará contribuindo ao tornar constante a prática de colocar para fora da sala de aula os alunos que comprometerem o desenvolvimento das atividades escolares. Que tipo de imagem o professor necessita de modo a não comprometer a sua autoridade? De que democracia estamos falando que a qualquer momento podemos mudar de atitude e nos recusarmos a dividir um espaço com alguém, neste caso a sala de aula?

Segundo Aquino (2004, p. 16),

a sala de aula é o contexto privilegiado para o trabalho, o microsomo concreto onde a educação escolar acontece de fato. É lá também que os conflitos têm de ser administrados, gerenciados. É lá, e apenas lá, que se equacionam os obstáculos e que se atinge uma possível excelência profissional. Portanto, mandar o aluno para fora de sala (e, no limite, para fora da escola) é um tipo de prática abominável, que precisa ser abolida urgentemente das práticas escolares brasileiras.

Considerações Provisórias

Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia.

Tudo passa, tudo sempre passará.

A vida vem em ondas, como o mar, num indo e vindo infinito.

Tudo o que se vê não é igual ao que a gente viu a um segundo, tudo muda o tempo todo no mundo.

Não adianta fugir...

(Lulu Santos, Nelson Mota).

Os estudos realizados permitiram constatar unanimidade de pontos de vista dos atores da nossa pesquisa no que se refere à interferência da indisciplina no processo ensino-aprendizagem, à falta de limites dos alunos, à ausência da família no contexto escolar e a indisciplina escolar como uma das maiores preocupações pedagógicas.

Neste universo escolar encontramos três tipos de professores: os “saudosistas” que sonham e esperam o retorno da escola de antigamente e para quem o silêncio e a apatia são pré-requisitos indispensáveis para o aprendizado; os “progressistas”, que acreditam que o ambiente favorável para aprendizagem é aquele que permite ao aluno posicionar-se, questionar e participar do processo educativo como co-responsável, e ainda um terceiro que nas suas atividades e posturas pedagógicas intercala os dois primeiros e alunos de realidades sócio-culturais distintas, dividindo um mesmo espaço e sendo-lhes exigido a mesma postura como se iguais fossem.

No decorrer da investigação, as argumentações dos docentes foram várias: a família não impõe limites aos filhos, os alunos não têm compromisso com os estudos e não têm noção de respeito e de convivência, etc. À indisciplina foram atribuídos à ausência da família no processo educativo, aos fatores sociais e psicológicos, ao espaço físico inadequado para a quantidade de alunos que tem que comportar, à falta de afetividade nos relacionamentos interpessoais, etc.

Entretanto, em meio a tantas argumentações, em nenhum momento algum dos docentes se questionou quanto a sua prática de ensino, como também não reconheceu que a sua postura como profissional e a instituição escolar com as normas rígidas de comportamento poderiam estar contribuindo para que o fenômeno da indisciplina se expandisse no contexto escolar.

Além dos fatores acima mencionados, outros fatores concorrem para que a problemática da indisciplina se agrave. Entre eles estão a prática e a resistência docente em rever conceitos e atitudes, o currículo escolar e a falta de prioridade das políticas públicas em estudar este fenômeno, que apresenta uma multiplicidade de causas e sujeitos que se encontra

cada vez mais presente no ambiente escolar a ponto de ser apontada como um dos mais graves problemas enfrentados pelo professor em sala de aula.

Para contornar as situações que comprometam o desenvolvimento da aula, os professores adotam as mais variadas posturas: tentam argumentar e negociar; alteram o roteiro da aula programada; solicitam auxílio da direção; buscam descobrir a causa da indisciplina junto aos familiares e outros recorrem a atitudes mais extremas pondo o aluno de castigo ou para fora da sala.

Contudo, punir severamente o aluno expulsando-o da sala, tirando pontos da nota, ganhar no “berro”, ou seja, reprimir severa e exemplarmente os “maus elementos” não resolverá o problema, pois esta prática era procedimento comum na antiga escola, modelo apropriado a um quartel, onde prevalece a hierarquia, pois tanto nas famílias como nas escolas, a disciplina era obtida à custa de medo, da subserviência e da coação.

Por outro lado, se o ensino é um direito da criança e do adolescente e um dever do Estado promover pessoas livres, autônomas, capazes de exercer plenamente a cidadania, conforme assegura a Constituição Federal de 1998 em seu artigo 205, não cabe à escola criar um exército amedrontado de pseudo-cidadãos. Neste sentido, a disciplina assume outras características e vem a ser o reconhecimento da atividade em grupo, harmonicamente supervisionada por uma autoridade externa, o professor.

O reconhecimento de que o respeito às regras é necessário para a convivência em grupo pressupõe da parte do aluno valores éticos anteriores à escolarização, isto é, entendimento de regras comuns, partilha de responsabilidades, cooperação, reciprocidade, solidariedade, etc. E, acima de tudo, reconhecimento dos direitos do outro, sem o que fica impossível a coexistência em grupo. Como sabemos que nem toda família tem condições de fornecer tais valores e que é raro os alunos os desenvolverem por conta própria, torna-se premente a convivência, a troca de idéias, caso a caso, aluno por aluno e o melhor espaço para que isso ocorra é a sala de aula, sob a supervisão de alguém, o professor, que o aluno, adolescente ou criança admire e respeite.

Cada aluno é de um jeito, tem sua própria história, vida e personalidade. Juntos, eles somam tudo isso a um coletivo repleto da energia da idade, o que é freqüentemente visto como indisciplina. Entretanto, ninguém nasce rebelde ou disciplinado, trata-se de um comportamento construído. Se antigamente disciplina equivalia ao silêncio absoluto, a disciplina desejada hoje é a do interesse e da participação.

Sendo assim, é importante que o aluno fale, dê a sua opinião, de modo que possamos acompanhar suas descobertas e sua aprendizagem e com exceção de casos patológicos,

crianças e adolescente são muito curiosos, eles adoram aprender, desde que o conhecimento não lhes pareça impingido e, sobretudo, quando o seu interesse e participação são estimulados.

A disciplina severa e austera de inspiração militar, que prevalecia no passado, mostrou-se, além de cruel, absolutamente inoperante nos dias atuais, pois os nossos alunos de hoje não viveram nesses tempos históricos obscuros da ditadura militar. O nosso alunado de hoje é produto de outras coordenadas históricas, é fruto da abertura democrática que se operou no País a partir da década de setenta e oitenta, de modo que precisamos estabelecer outro tipo de relação civil em sala de aula.

No contexto atual, o aluno indisciplinado não é mais aquele que conversa ou se movimenta na sala. É o que não tem limites, não respeita os sentimentos alheios e tem dificuldade em se auto-governar, de modo que são essas características que devem ser trabalhadas.

Sendo assim, a disciplina deixa de ser um pré-requisito, para se tornar um dos objetivos a ser construído pela escola, pois como foi observado até este momento da investigação, no universo da nossa pesquisa nos deparamos com alunos disciplinados que não conseguem aprender e alunos indisciplinados que apresentam rendimento escolar satisfatório, de modo que não podemos afirmar que a disciplina é um fator condicionante para que a aprendizagem ocorra.

A disciplina deve ser encarada como um trabalho de todos na escola e construída da melhor forma de acordo com a necessidade, visto que cada atividade em sala de aula tem uma disciplina adequada a seu desenvolvimento e que dependendo da situação, a melhor pode ser o silêncio, as crianças perguntando ou conversando entre si.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Celso. *Inteligências Múltiplas: realidade e lenda*. Disponível em <http://www.diretoriadeitapevi.com.br/index.html>. Acesso em: 18 jun.2005.

AQUINO Julio Groppa, *A Indisciplina e a escola atual*. Revista da Faculdade de Educação vol. 24, n.2 São Paulo jul/dez. 1998, versão impressa. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011. Acesso em: 18 jun.2005. ✓

ÁRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Livros Técnicos e Científicos ed. S. A. 1981. Rio de Janeiro-RJ. ✓

BALLEN, Age Deodorus Jozes Van, 1951. *Disciplina e Controle da Sociedade: Análise do Discurso e da Prática cotidiana*. Ed. Cortez. 1983. São Paulo-SP ✓

BOSELLI, Silvana. *Indisciplina: uma reflexão*. São Paulo 2002. disponível em <http://www.cf-cinfaes.rcts.pt/disciplina.htm>. Acesso em: 18 jun.2005. ✓

BRASIL. Constituição (1988). Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 1996.

CAVALCANTE, Meire. *Adolescentes: Entender a cabeça dessa turma é a chave para obter um bom aprendizado*. Nova Escola. Recife-PE. N. 175, set.2004 p. 46/49. ✓

CUNHA, Francisco Sales da Neto, *Autoridade do professor na sala de aula e construção do homem ideal nas primeiras décadas do século XX*. In. Org. BEZERRA, José de Arimatea Barros e CAVALCANTE, Maria Juraci Maia, *Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais*, ed. UFC, Fortaleza 2003. Cap. 3, 47-58.

CUNHA, Francisco Sales da Neto, *O lado preventivo da disciplina*. In Org VASCONCELOS, José Gerardo. *Filosofia e Realidade*. ed UFC, 2003. Fortaleza-CE. Cap. 3, 148-159.

FERRARI, Márcio. *Fala Mestre! Disciplina é um conteúdo como outro qualquer*. Nova Escola. Recife-PE. N. 184, jun/jul.2005 p. 24/26.

FISHER, Rosa Maria Bueno. *Mídia, Juventude e Disciplina: sobre a produção de modos de ser e estar na cultura*. In Org. XAVIER, Maria Luisa, *Disciplina na Escola: Enfrentamentos e reflexões*, ed. Mediação, 2002. cap. 8, 135-143.

FORTUNA, Tânia Ramos. *Indisciplina Escolar: da Compreensão à Intervenção*. In Org. XAVIER, Maria Luisa, *Disciplina na Escola: Enfrentamentos e reflexões*, ed. Mediação, 2002. cap. 5, 72-97.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. ed Vozes 1989. Petrópolis-RJ.

GOMES, Cândido Alberto. *Enfoques Teóricos em Sociologia da Educação*. In A Educação em Perspectiva Sociológica. ed. Pedagógica e Universitária Ltda. 1989. São Paulo. Cap. 2, 15-63.

JOVER, Ana. *Indisciplina: como lidar com ela?* Nova Escola. Recife-PE. N. 100, jun.1998 p. 34/41.

MAGALHÃES, Antônio Germano Júnior: *Punição, Vigilância e Transgressão: História de Moças em Escolas Católicas na década de 1960*. In BEZERRA, José de Arimatea Barros e CAVALCANTE, Maria Juraci Maia, *Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais*, ed. UFC, Fortaleza 2003. Cap. 4, 59-75.

MAGALHÃES, Antônio Germano Júnior: *Seja bonzinho porque senão Deus castiga: O Disciplinamento nas Escolas*. In Org. VASCONCELOS, José Geraldo et. Al. *Ditos (Mau) Ditos*. Ed. Fortaleza 2001. Cap. 8, 46-58.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de e ALENCAR, Maria Célia de Medeiros: *Corpos (In)dóceis: Respostas à disciplina*. In Org. VASCONCELOS, José Gerardo. *Filosofia e Realidade*. ed UFC, 2003. Fortaleza-CE. Cap. 3, 140-147.

REBELO, Rosana Aparecido Argento. *Indisciplina Escolar: causas e sujeitos*. ed. Vozes, 2002. Petrópolis-RJ.

SANTO Agostinho. In: Santo Agostinho, Coleção Os Pensadores. ed. Abril, 1973. São Paulo.

SCHETTINI, Luiz Filho. *Limites e Disciplina em uma dimensão afetiva*. In *Indisciplina e Agressividade na Escola: Prevenção e Intervenção*. Sapiens, 2004. p. 20/22. Recife-PE.

SILVA, Maria Eleni Henrique da, *Corpo e Disciplina*. In Org VASCONCELOS, José Gerardo. *Filosofia e Realidade*. ed UFC, 2003. Fortaleza-CE. Cap. 5, 160-168.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Construção do Conhecimento em sala de aula*. In Cadernos Pedagógicos, n. 2. ed. São Paulo, 1995.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula*. In Cadernos Pedagógicos, n. 4. ed. São Paulo, 2000.

VEIGA, Alfredo Neto. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Encontro Nacional de didática e Prática de ensino*. ed. DPA, 2001, Rio de Janeiro.

WEISS, Maria Lúcia Lemme, *Indisciplina ou problema de aprendizagem?* In *Indisciplina e Agressividade na Escola: Prevenção e Intervenção*. Sapiens, 2004. p. 23/31. Recife-PE. ✓

TIBA, Içami. *Disciplina, limite na media certa*. ed. Gente, 1996. São Paulo-SP.

ZANDONATO, Zilda Lopes, *Indisciplina Escolar e a Relação Professor-aluno: Uma análise sob as ópticas Moral e Institucional*. 1999. Disponível em <http://www.ordiana.com/deusmenor/indisciplina2.htm>. Acesso em: 18 jun.2005. ✓

Anexo I

Caro professor,

O objetivo deste questionário é colher dados e informações que nos ajudem a finalizar nossa pesquisa no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras-PB e para que tenhamos sucesso em nosso trabalho, é preciso que as perguntas abaixo sejam respondidas com a maior honestidade possível.

Lembramos que você não será identificado e que o fim a que se destina esta pesquisa é buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem e tornar o ambiente escolar mais acolhedor onde professor, aluno e escola se tornem parceiros na construção do conhecimento.

Atenciosamente,

Givanilda e Sandra Isabel.

Questionário

1- A sua relação professor-aluno em sala de aula é respaldada no(a):

- Autoritarismo/submissão
- Respeito;
- Autonomia;
- Democracia;
- Conflito;
- Prazer;
- Permissividade;
- Confiança;
- Outro(a)(s) Especificar: _____.

2 - As regras de comportamento na sala de aula são definidas:

- Pelo professor no primeiro contato com a turma;
- Em conjunto com a turma no primeiro contato;
- À medida que os fatos vão ocorrendo.

3 - Os atos considerados como indisciplinados mais comuns que ocorrem na sua sala de aula são:

- Desrespeito ao professor e colegas;
- Uso de roupas inadequadas;
- Conversas paralelas e brincadeiras durante as atividades;
- Saídas constantes para ir ao banheiro ou tomar água;
- Entradas na sala depois que a aula já tem iniciado;
- Discussão com os professores, direção e colegas;
- Recusas a participar das atividades propostas;

- Corridas pelo pátio da escola e conversas nas galerias durante o horário das aulas;
- Agressão física;
- Insultos;
- Outros. Especificar: _____.

- 4 – Quando a indisciplina compromete o desenvolvimento da aula programada, você:
- Recorre à direção;
 - Procura despertar o interesse do aluno pelo assunto exposto;
 - Tenta descobrir que outro assunto, dentro da sua área, a turma gostaria de trabalhar naquele momento;
 - Sente-se impotente e espera a aula acabar;
 - Expõe o assunto programa assim mesmo;

- 5 – Assinale os recursos metodológicos que você utiliza para dinamizar suas aulas empregando o código:
(1) freqüentemente (2) às vezes (3) nunca

- quadro-de-giz; pesquisas na internet
- dramatização computador;
- pesquisas em livros; entrevistas;
- livro didático; passeios a lugares públicos;
- revistas e jornais; laboratório;
- textos. vídeo;
- dinâmicas; gincanas;
- outros. Especificar _____.

- 6 – Trace o perfil da sua turma utilizando as duas tabelas abaixo, sendo a tabela **A** para especificar o **item quantidade** e a tabela **B** para representar o **nível de aprendizagem**.

- ❖ Minha turma da _____ série tem _____ alunos (cardinal), dentre os quais, _____(A) são indisciplinados. Destes alunos indisciplinados, _____(A) apresentam _____(B) nível de aprendizagem.

A - () – de 10%	B - () ótimo	acima de 80%
<input type="checkbox"/> 10 a 20%	<input type="checkbox"/> bom	80%
<input type="checkbox"/> 30 a 40%	<input type="checkbox"/> regular 70%	
<input type="checkbox"/> 50%	<input type="checkbox"/> baixo	50 a 60%
<input type="checkbox"/> 60 a 70%	<input type="checkbox"/> péssimo	abaixo de 50%
<input type="checkbox"/> + de 70%		

- 7 – De acordo com o seu ponto de vista, o que é indisciplina?

- 8 – Quais os fatores que contribuem para a ocorrência da indisciplina em sala de aula?

- 9 – Existe alguma relação entre a indisciplina em sala de aula e a aprendizagem? Justifique.

Anexo II

Caro aluno,

O objetivo deste questionário é colher dados e informações que nos ajudem a finalizar nossa pesquisa científica no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras-PB e para que tenhamos sucesso em nosso trabalho, é preciso que as perguntas abaixo sejam respondidas com a maior honestidade possível.

Lembramos que você não será identificado e que o fim a que se destina esta pesquisa é buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem e tornar o ambiente escolar mais acolhedor onde professor, aluno e escola se tornem parceiros na construção do conhecimento.

Atenciosamente,

Givanilda e Sandra Isabel.

Questionário

1- Como você vê a escola?

- () como uma imposição da família;
- () um espaço para desenvolver relações sociais;
- () uma possibilidade de ascensão social;
- () outra. Especificar _____.

2 – Você se considera um(a) aluno(a) indisciplinado(a)?

- () sim;
- () não;
- () às vezes;

3 – Indisciplina é:

- () comportamento inadequado dentro dos parâmetros estabelecidos por um grupo social;
- () um ato desrespeitoso;
- () algo que compromete o indivíduo perante a sociedade;
- () transgressão/desobediência às regras;
- () uma forma de atrair a atenção para si;
- () uma reação à prática pedagógica desenvolvida pelo professor;
- () denúncia de fatos que incomodam através de atitudes ativas ou passivas;
- () outra. Especificar _____.

4 - A indisciplina ocorre porque:

- () Falta espaço na sala de aula para a exposição e troca de idéias;
- () As aulas são desinteressantes;
- () Os professores adotam atitudes autoritárias;
- () Os alunos perderam a noção dos limites;

- As regras de disciplinamento adotadas pela escola são muito rígidas;
- As regras de disciplinamento adotadas pela escola são pouco rígidas;
- Outro(s) _____.

5 - A sua relação professor-aluno em sala de aula é respaldada no(a):

- Autoritarismo/submissão
- Respeito;
- Autonomia;
- Democracia;
- Conflito;
- Prazer;
- Permissividade;
- Confiança;
- Outro(a)(s) Especificar _____.

6 - As regras de comportamento na sala de aula são definidas:

- Pelo professor no primeiro contato com a turma;
- Em conjunto com a turma no primeiro contato;
- À medida que os fatos vão ocorrendo.

7 - Os atos considerados como indisciplinados mais comuns que ocorrem na sua sala de aula são:

- Desrespeito ao professor e colegas;
- Uso de roupas inadequadas;
- Conversas paralelas e brincadeiras durante as atividades;
- Saídas constantes para ir ao banheiro ou tomar água;
- Entradas na sala depois que a aula já tem iniciado;
- Discussão com os professores, direção e colegas;
- Recusas a participar das atividades propostas;
- Corridas pelo pátio da escola e conversas nas galerias durante o horário das aulas;
- Agressão física;
- Insultos;
- Outros. Especificar _____.

8 - A indisciplina na sua sala de aula ocorre com mais frequência durante as aulas de:

- Português;
- Matemática;
- Ciências;
- Geografia;
- História;
- Língua Estrangeira;
- Artes;
- Informática;
- Ensino Religioso;
- Educação Física.